

Líderes defendem alternância no início do exame de MP

PÁGINA 5



Mudanças à vista no projeto de agência para aviação civil

PÁGINA 7



Interior pode ganhar incentivo para sala de cinema

PÁGINA 6

Subcomissão instalada semana passada quer ouvir prefeitos também sobre experiências bem-sucedidas

Senado vai conhecer de perto a situação dos municípios

PÁGINAS 3

Aprovada oferta gratuita de creche e pré-escola

O Senado aprovou por unanimidade emenda constitucional que torna obrigatória e gratuita a oferta de creche e pré-escola para crianças de zero a seis anos. O projeto, da senadora Heloísa Helena e relatado por Tião Viana, muda o artigo 208 da Constituição, que trata do assunto mas não estipula que o benefício deve ser gratuito e obrigatório. O texto vai para a Câmara.

PÁGINA 4

Niemeyer é agora patrono da arquitetura brasileira

PÁGINA 4

PARCERIA



J. FREITAS

Participantes do seminário assistem, ao lado de Efraim Morais e Agaciél Maia, a exibição da Orquestra Sanfônica da Paraíba

Seminário do Interlegis reúne 700 vereadores em João Pessoa

PÁGINA 19

— cidadania

Conheça as leis que protegem as mães

Mulheres na gestação e mães têm direitos e benefícios previstos na legislação brasileira. Veja quais são eles no *Especial Cidadania*.

PÁGINA 20

IMPOSTO DE RENDA

A Medida Provisória 232/04, que reajusta em 10% a tabela do Imposto de Renda, deve ser analisada nesta terça-feira. O presidente do Senado, Renan Calheiros, aguarda acordo para votação da matéria, que tranca a pauta.

PÁGINA 2

DESARMAMENTO

O referendo sobre o desarmamento pode ser realizado no fim de outubro, segundo o relator na Comissão de Justiça da Câmara, João Paulo Cunha, e o presidente do TSE, Carlos Velloso. O projeto aguarda decisão dos deputados.

PÁGINA 11

APOSENTADORIA

Emenda constitucional amplia para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória de servidor público e fixa em 70 anos a idade máxima para nomeação de ministros de tribunais superiores. A proposta foi debatida em audiência na CCJ.

PÁGINA 8

e mais...

AGENDA	Página 2
PERGUNTE AO SENADOR	Página 17
VOZ DO LEITOR	Página 17
FRASES	Página 17
CONHEÇA O SENADO	Página 19

FEDERAÇÃO Garibaldi Alves, presidente do colegiado, anuncia viagens pelo país para conhecer de perto os problemas

Subcomissão vai ajudar os municípios



A Subcomissão de Assuntos Municipais do Senado, instalada na semana passada, vai iniciar o mapeamento da situação dos municípios brasileiros e traçar uma programação de visitas para que seus integrantes possam conhecer de perto os problemas e as reivindicações, não apenas dos prefeitos, mas de representantes da comunidade. A decisão foi anunciada pelo presidente da subcomissão, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

– Queremos mudar a situação em que apenas os prefeitos precisam se deslocar até Brasília em busca de apoio para iniciativas importantes nos municípios que administram. É importante que os parlamentares possam conhecer *in loco* não somente os problemas, mas também experiências bem-sucedidas que possam servir de modelo para outras administrações – afirmou o senador.

Nesta quarta-feira, a subcomissão deverá ouvir o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski,

sobre as principais reivindicações dos municípios, segundo adiantou Garibaldi.

– O presidente da CNM abrirá uma série de contatos que pretendemos manter com representantes dos municípios para que possamos traçar uma radiografia da situação – disse o senador.

Garibaldi antecipou ainda que, nas próximas semanas, a subcomissão deverá examinar as propostas de interesse dos municípios em discussão no Congresso Nacional.

O parlamentar ressaltou a importância da subcomissão ligada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e informou que seus integrantes se dedicarão “ao debate das causas do empobrecimento dos municípios brasileiros”.

– A crise dos municípios brasileiros não vem de hoje. É preciso enfrentá-la com coragem, obstinação e mobilização de todos. Já não bastam soluções emergenciais e paliativas. É preciso recriar a própria Federação e apresentar soluções realistas – assinalou Garibaldi.

Heráclito diz que colegiado combaterá ação de lobistas

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) é o vice-presidente da Subcomissão de Assuntos Municipais, que contará com nove membros titulares e igual número de suplentes. O parlamentar, inclusive, foi enfático ao elogiar o papel a ser exercido pelo novo colegiado.

– A subcomissão servirá para combater a atuação de escritórios de intermediação de verbas federais que agem em Brasília – defendeu, para quem a atuação dos lobistas é facilitada pela falta de comunicação e entrosamento entre os prefeitos.

De acordo com o presidente da CAE e autor do requerimento de criação da subcomissão, Luiz Otávio (PMDB-PA), o colegiado vai opinar sobre matérias de interesse local, como as políticas tributária, de geração de emprego e renda, de serviços de atendimento à saúde e de ordenamento territorial, entre outros temas.

– A subcomissão vai prestigiar a posição dos municípios no pacto federativo. O momento é oportuno, dadas as eleições municipais recentes e o início de uma nova legislatura nas municipalidades. Dessa forma, o poder



Heráclito: trabalho dos lobistas é facilitado pela falta de entrosamento entre prefeitos

local terá no Senado foro próprio para discussão e encaminhamento de suas reivindicações, sem os excessos do localismo ou os arroubos do centralismo – garantiu Luiz Otávio.

Para o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a Constituição de 1988 estipulou novas atribuições aos municípios, mas falhou ao não definir o respaldo financeiro necessário a essas ações.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse acreditar que a subcomissão, da qual é membro titular, ajudará os prefeitos a trabalhar com pequenos orçamentos e grandes responsabilidades.



Garibaldi, em sua posse: crise dos municípios precisa ser enfrentada com coragem e obstinação

As reivindicações dos prefeitos

Reforma tributária

- aumento de um ponto percentual no repasse do Fundo de Participação dos Municípios
- imediata transferência, para os municípios, da competência para arrecadação e fiscalização do Imposto Territorial Rural (ITR)

Educação

- estender os financiamentos a todas as etapas e modalidades da educação básica, com garantia da prioridade ao ensino fundamental obrigatório
- aumento do valor *per capita* dos programas da merenda e do transporte escolar

Saúde

- fixar a participação da União no financiamento da saúde pública no país
- reajuste do Piso de Atenção Básica, dos valores dos procedimentos básicos e de média e alta complexidade nas tabelas SIA/SUS e SIH/SUS, e do incentivo federal do Programa de Saúde da Família

Planejamento urbano

- nova política de

financiamento, em especial para os setores de habitação popular, saneamento básico e transporte urbano

Pacto federativo

- constituição de mesa federativa com a presença de representantes dos governos federal e estaduais (pelo menos um por região) e das entidades de representação dos municípios.
- participação dos municípios no processo de concepção e planejamento de programas e políticas públicas
- inclusão na base de cálculo do FPM de todas as contribuições federais criadas, prorrogadas ou com alíquotas majoradas pelo governo federal

Transporte urbano

- urgência na busca de soluções para a desoneração de custos e barateamento de tarifas no transporte público

Consórcios públicos

- regulamentação dos consórcios públicos municipais, com a eliminação da burocratização de procedimentos

TV Senado terá programa especial para os municípios

Os municípios brasileiros ganharam novo espaço: o programa *Minuto do Município*, criado com a perspectiva de valorizar e resgatar o papel dos municípios brasileiros no âmbito do pacto federativo. O programa, a ser transmitido pela TV Senado, consistirá na inclusão diária de mensagens de interesse da cidadania na programação da emissora. Também serão abordados assuntos cuja temática influa decisivamente na vida das cidades, dos administradores e da população.

Temas como direitos do consumidor, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o Plano Diretor Municipal serão apresentados em linguagem acessível. Cada programa contará ainda com comentários de senadores.

Videoconferência

O programa Interlegis vai atingir, até o fim de julho, 3.100 câmaras de vereadores, que poderão participar de videoconferências voltadas para modernizar o processo legislativo. O anúncio foi feito pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. O Interlegis, dirigido por Efraim Morais (PFL-PB), é resultado de acordo entre o Senado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Para Ziulkoski, iniciativa evitará aprovação de projetos prejudiciais a prefeituras

O presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, que será ouvido esta semana pela subcomissão, elogiou a criação do órgão. Segundo ele, a iniciativa “vai ajudar a evitar a aprovação de projetos como a PEC 40/00, de iniciativa da senadora Heloisa Helena, garantindo o atendimento escolar para crianças de até seis anos”. Ziulkoski afirmou que a emenda, mesmo tendo importante co-

notação social, representa “um desastre inqualificável porque as prefeituras acabarão obrigadas a arcar com os custos da iniciativa”.

– Se durante a tramitação da PEC já existisse a subcomissão, certamente o assunto seria conduzido de forma diferente, levantando a ne-

cessidade de o governo destinar recursos para a construção de escolas e contratação de professores para atender a milhões de crianças – afirmou Ziulkoski.

A senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) contestou a posição de Ziulkoski e citou o senador Cristovam Buarque (PT-DF): “Primeiro

se cria o direito para depois criar a demanda”.

– É estranho que prefeitos se coloquem contra uma medida que garante o direito à escola. Importante seria que houvesse pressão dos municípios para que o governo encaminhe logo ao Congresso Nacional o projeto do Fundeb, que garantirá os recursos para que as crianças de zero a seis anos sejam atendidas – defendeu a senadora.

Heloisa Helena cita também a necessidade de mobilização para aprovar o aumento de 1% do FPM e para a repactuação das dívidas com o INSS.

O presidente da CNM adiantou que vai discutir com os senadores uma pauta de trabalho para análise das propostas em tramitação no Senado de interesse dos municípios. Depois será a vez dos projetos em discussão na Câmara.

“Se a subcomissão já existisse na tramitação da PEC, a discussão seria diferente”

PLENÁRIO

Aprovado ensino infantil obrigatório e gratuito

Por unanimidade, o Senado aprovou, em dois turnos, proposta de emenda constitucional que torna obrigatória e gratuita a oferta de creche e pré-escola para crianças de zero a seis anos. A PEC 40/00, da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), teve relatório favorável do senador Tião Viana (PT-AC) e modifica o artigo 208 da Constituição federal, que determina como dever do Estado fornecer creche e pré-escola para crianças nessa

mesma faixa etária. A proposição da senadora torna essa oferta "obrigatória e gratuita".

Um acordo de lideranças garantiu a votação da matéria em dois turnos. Foram convocadas três sessões extraordinárias para assegurar o cumprimento dos prazos regimentais necessários para a PEC ser apreciada em segundo turno. A proposta segue agora para a Câmara dos Deputados.

Na discussão da PEC, preocupado com o impacto eco-

nômico, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou emenda estipulando um prazo para que a obrigatoriedade se tornasse lei. Por um lapso, a Mesa tinha acatado a emenda sem o número mínimo de assinaturas necessário, 28. O senador escolhido para relatar a emenda de Mercadante na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Demostenes Torres (PFL-GO), observou que duas assinaturas estavam em duplicidade.

Os líderes, porém, chegaram a um acordo na CCJ para que a emenda de Mercadante pudesse ser examinada pelo Plenário. Demostenes apresentou proposta alternativa, com a concordância de Heloísa Helena, de Aloizio Mercadante e o apoio dos líderes, mantendo integralmente a proposta da senadora alagoana e, ao mesmo tempo, contemplando o que pretendia Mercadante.

Dessa forma, o texto que será apreciado pela Câmara define que o Plano Nacional de Educação determinará como a medida será implantada.



Heloísa Helena apresentou a proposta de emenda constitucional, que agora será apreciada pelos deputados

Senadores apóiam iniciativa de Heloísa

Todos os senadores que participaram do debate que antecedeu a votação da PEC 40/00 elogiaram a iniciativa da senadora Heloísa Helena. Em vários momentos, a senadora chorou. Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) e Eduardo Suplicy (PT-SP) também se emocionaram durante suas intervenções.

– Esta medida permitirá que milhões de crianças encharcadas pelo frio da miséria, da fome, da desesperança e do abandono tenham direito a um raio de sol – comentou Mesquita Júnior.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante, disse considerar a proposta "meritória", mas ponderou que a mudança não surtirá os efeitos desejados sem que os governos federal, estaduais e municipais destinem recursos orçamentários para treinamento e aparelhamento das creches. Já o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lembrou que, no Brasil, a oferta de creche gratuita é a garantia de boa alimentação para as crianças.

Os senadores Cristovam Buarque (PT-DF), Patrícia Saboya (PPS-CE), Lúcia Vânia (PSDB-GO), José Jorge (PFL-PE), Marcelo Crivella (PL-RJ), Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), Jefferson Péres (PDT-AM), Marco Maciel (PFL-PE), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Amir Lando (PMDB-RO), Flávio Arns (PT-PR), Mão Santa (PMDB-PI), Almeida Lima (PSDB-SE) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) comentaram a aprovação da PEC.

Autora diz que governo tenta boicotar a matéria

A senadora Heloísa Helena afirmou, dois dias após a aprovação da PEC 40/00, que o governo está patrocinando uma campanha junto às prefeituras municipais contra a matéria, de sua autoria, que obriga o Estado a oferecer creches e pré-escola para crianças de zero a seis anos.

Heloísa classificou a campanha de "terrorista" e criticou duramente os parlamentares da base do governo que estariam advertindo os prefeitos

"Conheci os açoites e as humilhações de uma infância pobre"

sobre as dificuldades que as prefeituras enfrentarão no sentido de obter recursos para a implementação da medida. "Estão dizendo aos prefeitos que vai ser um caos. Em entrevista, disseram, inclusive, que ao implantar a medida os prefeitos incorreriam em crime de responsabilidade. Alguém, para falar isso, não é intelectualmente honesto", protestou.

Emocionada, Heloísa assinalou que "os primeiros três anos da vida de uma criança são essenciais, porque é nesse período que mais de 98% de todas as conexões neurológicas são estabelecidas". Ela disse conhecer "os açoites e as humilhações" de uma infância pobre. Ela agradeceu ao relator da matéria, senador Tião Viana (PT-AC), a quem qualificou de "ousado e sensível".



Oscar Niemeyer entre Renan (E), Paulo Octávio e José Sarney: homenagem do Senado a um dos maiores arquitetos do mundo

Niemeyer recebe título de patrono da arquitetura

Em solenidade realizada no gabinete da Presidência do Senado, o arquiteto Oscar Niemeyer recebeu na última quinta-feira o título de Patrono da Arquitetura Brasileira.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que o título é resultado de projeto de lei da deputada Luiza Erundina (PSB-SP), aprovado por unanimidade pelo Senado e enviado à Presidência da República para sanção.

– Não me estranhou a unanimidade, já que Niemeyer e Juscelino Kubitschek se emparelham na grandiosidade de suas obras – disse Renan.

A matéria foi relatada pelo senador Marco Maciel (PFL-PE) na Comissão de Educação, que se

manifestou pela sua aprovação. Maciel ressaltou, em seu relatório, que a proposta de Erundina teve como finalidade homenagear o arquiteto em razão de "sua relevante contribuição para a renovação dos padrões arquitetônicos modernos, um feito reconhecido não apenas no Brasil, mas em diversas partes do planeta".

O senador acrescentou que não apenas Brasília, sua mais visível obra, mas inúmeros projetos seus entraram para a história da arquitetura, como o conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte; a contribuição para a sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova York; e a Torre de Defesa, em Paris; entre outros.

Senado garante isenção total do ICMS para jornais e livros

Os produtores de livros, jornais e periódicos, assim como o papel destinado à sua impressão, poderão transformar em créditos o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incidir sobre insumos de produção e bens do ativo fixo, como máquinas e equipamentos. A compensação está prevista em projeto de lei complementar (PLS 247/04) apresentado pelo senador licenciado e ministro da Previdência Social Romero Jucá e aprovada pelo Plenário do Senado.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que o projeto foi encaminhado como uma antecipação da reforma tributária, que aguarda votação na Câmara dos Deputados.

De acordo com Mercadante,

embora a Constituição proíba a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios de instituir impostos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, essa isenção fiscal não é totalmente respeitada. Por exemplo, esses produtores são taxados nas operações de entrada de todos os insumos para a produção de jornais e livros, como as tintas, e na compra de bens do ativo fixo, como máquinas de impressão. Hoje, explicou, a isenção alcança apenas o valor final dos produtos.

Com o projeto aprovado, o produto nacional passa a ter as mesmas condições do seu similar estrangeiro, totalmente isento de impostos, conforme destaca Jucá na sua proposta.

Aprovado aumento de 15% para os funcionários do TCU

Os funcionários do Tribunal de Contas da União (TCU) tiveram aumento de 15% acolhido pelo Senado. O projeto de lei da Câmara (PLC 18/05) é retroativo a janeiro e contou com o parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP). A aprovação foi aplaudida por servidores do órgão, nas galerias do Plenário. Ao discutir a matéria, o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), salientou que os funcionários foram aumentados em agosto.

Plenário autoriza Pernambuco a contrair empréstimo

O Plenário aprovou o Projeto de Resolução 15/05, que autoriza o governo de Pernambuco a contrair, com aval da União, empréstimo de US\$ 31,5 milhões do Banco Mundial. O empréstimo, direcionado à educação, já havia sido deliberado pela Comissão de Assuntos Econômicos. O senador Marco Maciel (PFL-PE) salientou que os recursos são destinados à melhoria da qualidade do ensino em Pernambuco.

TCU inspecionará acordo entre Previ e BB

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai inspecionar e fiscalizar, em caráter de urgência, acordo firmado entre o Banco do Brasil e a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), em dezembro de 1977, envolvendo recursos de R\$ 11,9 milhões.

O requerimento da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) foi

aprovado por voto simbólico, em Plenário. Para a autora, é estranho que o acordo tenha previsto o repasse de um passivo previdenciário à Previ de mais de R\$ 5 milhões, contrariando, inclusive, a legislação que trata desse tipo de atividade no país.

A votação do requerimento gerou intensa discussão em Plenário, já que a senadora Ideli

Salvatti (PT-SC) queria votar a matéria somente depois da prestação de informações sobre o assunto por parte do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Após ponderações de outros senadores como Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), Ana Júlia Carepa (PT-PA) e Romeu Tuma (PFL-SP), Ideli resolveu retirar de pauta a sua proposição.

PLENÁRIO

Criada norma para membros do Conselho de Justiça

O Senado Federal aprovou projeto de resolução (PRS 12/05) da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que estabelece normas para a aprovação de membros dos conselhos Nacional de Justiça e Nacional do Ministério Público. Cabe ao Senado a aprovação das indicações, por maioria absoluta, conforme a Emenda Constitucional 45, que criou as duas instituições.

O projeto determina que, após a sabatina dos indicados, haverá a apreciação do relatório, em sessão pública da CCJ, por votação secreta. Aprovado ou rejeitado na CCJ, o nome será submetido ao Plenário. Se rejeitado, o autor da indicação terá 15 dias para encaminhar novo nome.

As normas aprovadas prevêm o envio aos senadores de declaração informando se é cônjuge ou parente, até terceiro grau, de membro ou servidor do Poder Judiciário, de instituição responsável por sua indicação ou de membro dos Poderes legislativos federal, estaduais e municipais.

Se o indicado for juiz ou membro do Ministério Público, deverá renunciar previamente ao direito de concorrer à promoção por me-



João Alberto acolheu emenda que impede indicação de parente de senador

recimento ou a integrar lista para ingresso em qualquer tribunal, durante seu mandato em algum dos conselhos e até dois anos após seu término. Os indicados pela Câmara, pelo Senado e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) deverão apresentar declaração renunciando ao direito de integrar lista para concorrer ao ingresso em qualquer tribunal, pelo mesmo período.

O relator da matéria, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), foi favorável à emenda apresentada pelo senador José Jorge (PFL-PE), que impede a indicação de parente de senador.

Emenda tira da União posse de terras das ilhas costeiras

Proposta de emenda à Constituição (PEC 15/04) que tira da União a posse das terras das ilhas oceânicas ou costeiras que sejam sedes de municípios foi aprovada por unanimidade, em segundo turno, pelo Senado. Com isso, os atuais ocupantes poderão tornar-se proprietários, deixando de pagar taxas de ocupação à União.

O governo, depois de muita negociação, acabou por concordar com a aprovação pelo Senado, sem mudanças, do projeto apresentado na Câmara em 1998. A emenda será promulgada em breve pelas Mesas do Senado e da Câmara.

A mudança constitucional foi aplaudida por diversos senadores, especialmente de Santa Catarina,

Maranhão e Espírito Santo, cujas capitais se localizam em ilhas marítimas. Manifestaram-se os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Ideli Salvatti (PT-SC), Edison Lobão (PFL-MA), Jorge Bornhausen (PFL-SC), João Batista Motta (PMDB-ES), Francisco Pereira (PL-ES), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Delcídio Amaral (PT-MS) e Sibá Machado (PT-AC).

Várias sedes de municípios serão beneficiadas. No Piauí, o município de Ilha Grande de Santa Isabel. Na Bahia, a ilha de Itaparica abriga a sede de dois municípios. Em São Paulo, São Vicente também está em uma ilha. Em Santa Catarina, Florianópolis e São Francisco do Sul encontram-se na mesma ilha.

Senado dobra tamanho de lote para usucapião

O tamanho dos lotes sujeitos a usucapião nas cidades de até 300 mil habitantes aumentará de 250 para 500 metros quadrados, com a aprovação unânime, pelo Plenário do Senado, de proposta de emenda constitucional do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ). A matéria, que teve parecer favorável do relator José Maranhão (PMDB-PB), ainda depende de duas votações da Câmara dos Deputados para, só então, ser promulgada.

Nas cidades menores, explica o autor, geralmente os lotes são maiores e isso vinha impedindo a transferência do terreno aos seus ocupantes.

- Essa emenda é importantíssima para nossas cidades

menores e foi um pedido de vereadores e prefeitos, principalmente do estado do Rio. Trata-se de um aperfeiçoamento do artigo 183 da Constituição, que se refere ao usucapião - informou Sérgio Cabral.

Atualmente, a Constituição define que só terá direito a usucapião de lote urbano a pessoa que ocupar por cinco anos, de forma ininterrupta e sem oposição de seus proprietários, lote de até 250 metros quadrados, utilizando-o para sua moradia ou de sua família. Atendidas essas exigências, a pessoa receberá o domínio do terreno, desde que não possua outro imóvel, seja na cidade ou no meio rural.

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Senadores e deputados disputam análise das MPs

Se há um tema de consenso no Congresso hoje, ele é a necessidade de alterar o rito de análise das medidas provisórias (MPs). Até mesmo os líderes do governo consideram que o trabalho do Legislativo é prejudicado pelo grande número de MPs trancando as pautas de votação. Mas, enquanto a alternância de ingresso das MPs entre as duas Casas é considerada indispensável pelos líderes partidários no Senado, a medida não tem apoio dos líderes na Câmara. E sem o voto de pelo menos três quintos dos membros das duas Casas nenhuma PEC se transforma em texto constitucional.

Esse ponto será tratado em reunião entre os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Severino Cavalcanti, como "preliminar", antes da votação do relatório do deputado Sigmaringa

Desde 1995 Senado tenta mudar regra, mas não tem apoio da Câmara

Seixas (PT-DF) na comissão especial mista que analisa mudanças no rito das MPs.

- Sem o entendimento, dificilmente vamos aprovar essa proposta, mas acho que a Câmara não perderia poder nenhum com a alternância - avaliou



Líderes informam a Renan: início da tramitação de MPs pelo Senado é ponto indispensável na PEC da comissão especial

Sigmaringa, que admite incluir a proposta em seu relatório.

Entre as sugestões apresentadas, o presidente da comissão

especial, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), incluiu a alternância. Para viabilizar a aprovação desse dispositivo, ele anunciou que abre mão de sua

sugestão, combatida pelo Executivo, de uma MP entrar em vigor somente depois de reconhecidas sua urgência e relevância pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A alternância do início da tramitação de MPs já foi alvo

de polêmica entre o Senado e a Câmara na discussão da PEC que deu origem à Emenda Constitucional 32/01, que alterou a análise das medidas no Congresso. Foram seis anos entre a apresentação e a aprovação da emenda, em setembro de 2001, com o conhecido vaivém entre a Câmara e o Senado. No final, sem unanimidade, o Senado cedeu e acabou apoiando o texto aprovado pelos deputados, mantendo a Câmara como única Casa iniciadora das discussões de todas as MPs.

A sugestão do Senado foi derrotada então, mas os argumentos de que a alternância entre as duas Casas pode agilizar a análise das MPs perduram.

Para cada dia no Senado, MP passa sete na Câmara

Com a alternância, o Senado também teria mais tempo para analisar medidas provisórias. Atualmente, a Câmara tem sete vezes mais tempo que o Senado para examinar essas matérias: enquanto os deputados ficam, em média, 60 dias com as MPs, o Senado dispõe de apenas oito dias, segundo cálculos do senador José Jorge (PFL-PE).

Essa realidade havia sido prevista pelo ex-senador José Fogaça, relator da PEC que deu origem à emenda constitucional que alterou o instituto das MPs pela primeira vez.

- Teremos aqui uma atuação bastante limitada e, até certo ponto, de caráter meramente homologatório - afirmou Fogaça em 2001.

Agora, a Câmara reage da mesma maneira. O deputado Roberto Brant (PFL-MG), relator da proposta que deu origem à Emenda Constitucional 32/01 na Câmara, lembra que, naquela ocasião, os senadores aprovaram a alternância, mas a mudança foi derrotada pelos deputados, por considerarem que, no bicameralismo, cabe à Câmara avaliar primeiro os projetos do Executivo.

O líder do PFL, deputado José Carlos Aleluia (BA), acusa a insistência do Senado pelo atraso da votação do relatório da comissão especial.

Fim das comissões mistas é consenso nas duas Casas

O fim das comissões mistas encarregadas de analisar cada MP que chega ao Congresso - que nunca chegaram a se reunir - é um dos pontos de consenso entre governo e oposição, e entre Câmara e Senado. Tanto Antonio Carlos quanto Sigmaringa sugerem o fim do colegiado, transferindo a competência do exame da urgência e relevância para a CCJ da Casa onde se iniciar a tramitação da MP.

Depois de terem a admissibilidade examinada pela CCJ, as MPs seriam analisadas na comissão permanente competente para analisar o mérito.

Também há consenso em relação ao prazo de validade das MPs, que passaria para 120 dias, improrrogável. Esse prazo seria dividido da seguinte forma: a Câmara ficaria com 60 dias e o Senado, 45 dias para votar a medida. Os 15 dias restantes seriam da Casa revisora da última decisão.

A proposta mais aceita estabelece que a pauta será trancada passados dois terços do prazo total de tramitação em cada Casa, ou seja, após 40 dias na Câmara e 40 dias no Senado.

Para evitar os "contrabandos" legislativos em uma mesma MP, Antonio Carlos propõe que cada medida verse sobre apenas um assunto, proibindo matéria estranha ao seu objeto principal.

Medidas provisórias		
	Como é hoje	Como pode ficar
Validade	60 dias, prorrogáveis uma vez por 60 dias	120 dias, improrrogáveis
Início da tramitação	Na Câmara	Alternadamente, na Câmara e no Senado
Prazo para votação	A Câmara não tem prazo para votar as MPs	60 dias na Câmara, 45 dias no Senado, com 15 dias na Casa revisora
Trancamento	45 dias após a edição (quase sempre, a MP chega ao Senado trancando a pauta)	Depois de 40 dias na Câmara e 30 no Senado
Interrupção do trancamento	Não há	Depois de aprovada numa Casa, a contagem do prazo de trancamento recomeça

COMISSÕES

Incentivo fiscal para levar cinema ao interior



O número de espectadores de cinema vem crescendo no país acima do aumento populacional e apesar dos períodos de incerteza econômica – foram 114 milhões de ingressos vendidos em 2004, contra 75 milhões em 2001. O cinema nacional também vive um momento positivo: nas bilheteiras, 20% de todos os ingressos vendidos por ano são para filmes brasileiros.

Essa legião de cinéfilos, no entanto, não está espalhada por todo o território nacional. Ao contrário, as mais recentes estatísticas demonstram que 92% dos 5.560 municípios brasileiros não possuem salas de cinema.

Estados mais pobres, naturalmente, sofrem mais com a ausência de opções de cultura e lazer como o cinema. Mas em um país onde a média é de uma sala de exibição para cada 125 mil habitantes, essa carência cultural ganha contornos nacionais. Oito cidades de São Paulo concentram quase 50% dos cinemas do estado. Apenas cerca de 25 dos 496 municípios gaúchos possuem salas de cinema. Dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro, apenas 23 contam com espaços de exibição.

Para combater essa realidade, a Comissão de Educação pode aprovar, em caráter terminativo, na reunião desta ter-

ça-feira, às 11h, projeto de lei do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) que estende o benefício fiscal previsto na chamada Lei Rouanet às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de 100 mil habitantes. O relator do PLS 298/04 é o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) e anuncia parecer favorável à proposta, com emendas.

Legislação privilegia produção e distribuição

Mercadante justifica o projeto lembrando que a efetiva consolidação do cinema nacional passa pelo incentivo a todas as etapas do chamado “tripé” da indústria cinematográfica – produção, distribuição e exibição.

– O aparato legal vigente, ao apoiar preferencialmente a produção e a distribuição, tem deixado a descoberto um dos mais deficientes segmentos da área: o da exibição, representado, em particular, pelo pequeno exibidor, proprietário de salas de cinema em cidades do interior do país.

Mercadante quer que a Lei 8.313/91 (Lei Rouanet) garanta dedução integral do Imposto de Renda, de pessoas físicas e jurídicas, das quantias investidas em patrocínios e doações para construção de salas de cinema nos municípios com menos de 100 mil habitantes.



Exibição de filme no meio da rua, em cidade do interior do país: segundo o IBGE, não existem salas de cinema em 92% dos municípios brasileiros

LEONARDO LARA/MINISTÉRIO DA CULTURA

Cabral assume subcomissão

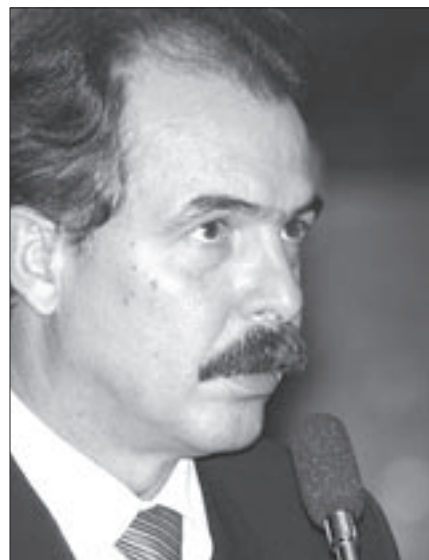
A eleição unânime de Sérgio Cabral (PMDB-RJ) para a presidência da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social, na quinta-feira, foi prestigiada por autoridades, lideranças artísticas e executivos das redes de televisão. A subcomissão ainda elegerá seu vice-presidente.

– Sou filho de um jornalista e de uma museóloga, ambos envolvidos com a cultura do país. Portanto, tenho a obrigação genética de dar o melhor de mim à frente desta subcomissão – disse Sérgio Cabral.

Entre os principais assuntos a serem tratados em sua gestão, o novo presidente destacou a implantação da TV digital; a alteração da Lei

Rouanet; o aperfeiçoamento da Lei do Audiovisual e o fortalecimento da Agência Nacional do Cinema (Ancine). Citou ainda incentivos para a formação de público, modelos de financiamento do teatro e regionalização da produção televisiva. A subcomissão também vai acompanhar a regulamentação dos artigos 221 e 222 da Constituição, referentes à comunicação social, a ser proposta por grupo interministerial.

A recente inclusão do teatro no campo de trabalho da subcomissão foi sugerida pelo presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), para quem o sucesso da TV brasileira no exterior é resultante dos talentos revelados pelos palcos.



ROOSEWELT PINHEIRO

Mercadante, autor do projeto: falta incentivo ao pequeno exibidor, parte fundamental da indústria do cinema

Mais de mil salas fechadas em três décadas

O número de cinemas fechados no Brasil, nas três últimas décadas, passa de mil. Mesmo com a chegada das grandes cadeias de exibição e seus sistemas multiplex, o resultado é negativo. Se nos grandes centros urbanos os cinemas se concentram quase sempre dentro de *shopping centers*, no interior já quase não há mais salas de projeção.

Como relata José Inácio de Melo Souza, pesquisador da Cinemateca Brasileira, em São Paulo, a decadência do mercado exibidor vem sendo sentida, na verdade, desde os anos 70. Em 1983, 273 municípios paulistas possuíam cinemas; em 1990, o número baixou para 150.

– Em 1959, 400 cidades em São Paulo tinham salas de exibição. Em qualquer

lugar se encontravam espectadores. Salões paroquiais, associações, clubes esportivos, entidades de ensino, auditórios de rádio ou fábricas tinham seus cinemas, fossem de 35mm ou 16mm.

Para Melo Souza, o que se assiste atualmente no país em geral é o surgimento de pólos de exibição incrustados dentro de *shoppings*, desfazendo a aparente boa notícia das estatísticas de que, em São Paulo, um quinto dos municípios exibiria filmes aos seus moradores.

– Oito cidades concentram quase 50% dos cinemas, justamente aquelas onde a presença dos complexos comerciais e de lazer são mais fortes. Barueri, que até 1990 desconhecia o que era um cinema, surge no mapa em 1999 com dez,

suplantando Osasco, de quem era mera satélite, graças a um *shopping*.

Ano passado, o Ministério da Cultura e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lançaram linha de crédito para financiar a construção de salas de cinema de pequeno e médio porte, privilegiando pequenos empresários em cidades do interior. Na ocasião, o secretário de Audiovisual do ministério, Orlando Senna, previu a construção de cerca de mil salas de cinema em apenas um ano. Apesar dos juros menores e da participação de até 90% do BNDES no empreendimento, apenas R\$ 1,8 milhão foi desembolsado para os programas de incentivo ao setor de cinema e vídeo.

Grandes redes lucram e mantêm planos de expansão para 2005

Para as grandes redes de exibição, o boom de novas salas iniciado no fim dos anos 90 está sendo muito lucrativo. A safra de filmes do ano passado rendeu recordes de bilheteria. A rede Cinemark – que investiu R\$ 40 milhões na expansão, totalizando 35 complexos e 302 salas – abriu 32 espaços de exibição em 2004 e tem 20 outros planejados para este ano.

– Ainda existem lugares onde esse público pode ser explorado, mesmo em cidades com muitas opções, como São Paulo e Rio – diz Valmir Fernandes, diretor da rede.

Mais tradicional grupo do mercado no país, o Severiano Ribeiro já teve associações com gigantes da indústria

como a Metro, Fox Filmes e Paris Filmes. Hoje detentor da marca Kinoplex e com mais de 200 salas no país, o grupo pretende investir R\$ 6 milhões na abertura de sete salas em um *shopping* a ser inaugurado em Osasco, região metropolitana de São Paulo.

A UCI, terceira maior empresa do mercado, recebeu 10 milhões de pessoas em suas 111 salas espalhadas por dez complexos multiplex do país, em cidades como Ribeirão Preto, Curitiba, Salvador, Recife e Fortaleza. “A estratégia da UCI é estar no lugar certo nos principais mercados. Temos a melhor média em público e em faturamento por sala no mercado brasileiro”, diz Carlos Marin, diretor-executivo da UCI.

Para investidor, mercado está nas cidades de porte médio

Na contramão da tendência atual, um investidor volta os olhos exclusivamente para os mercados do interior e cresce a ritmo impressionante no cenário dos exibidores brasileiros.

Marcos Araújo, dono da Cinematográfica Araújo, é um dos brasileiros que mais constroem complexos de cinema no país: foram 23 nos últimos cinco anos, num total de 68 salas. Sua estratégia

é invadir cidades de médio porte, nas quais os adversários (Severiano Ribeiro, Cinemark e UCI) não mostram interesse. As cidades paranaenses Londrina e Maringá e as paulistas Bauru e Piraci-

caba são exemplos.

A experiência de Marcos como desbravador do sertão cinematográfico brasileiro pode, porém, servir de alerta para quem pensa em pontilhar as pequenas cidades do país com salas de projeção.

– Abrimos, mas também fechamos cerca de 30 cinemas. Hoje estamos certos de que não vale a pena operar em cidades com menos de 100 mil habitantes e só inauguramos cinemas em *shopping centers*. Todas as cidades do interior ficam mortas à noite, o *shopping* é o único local com vida – diz Marcos.

“Não vale a pena operar em cidades com menos de 100 mil habitantes”

AVIAÇÃO CIVIL Agência reguladora e crise financeira enfrentada pela Varig dominam audiência pública



Alencar (D, ao lado de Mares Guia) afirma que Anac será beneficiada com a experiência a ser transferida pelo DAC

Instituição de novo órgão obtém amplo consenso

O consenso sobre a criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) marcou a audiência pública realizada na última quinta-feira pelas comissões de Serviço de Infra-Estrutura (CI) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Tanto o ministro da Defesa, José Alencar, quanto o do Turismo, Walfrido Mares Guia, afirmaram apoio à aprovação da proposta que está em análise na CI.

– O [Ministério do] Turismo é 100% a favor da criação da Anac – afirmou Mares Guia. Segundo o ministro, o novo órgão será benéfico para a aviação civil, pois vai permitir a proteção do consumidor e dar estabilidade aos interessados em investir no setor.

– Ninguém vai perder com a criação da Anac, nem mesmo a Aeronáutica, que deixa de regular o setor. Ela pode perder uma atribuição, mas vai se fortalecer como Força Armada.

De acordo com José Alencar,

Ministro e senadores debatem solução para a crise da Varig

O encontro de uma solução para a crise financeira enfrentada pela Varig foi um dos assuntos mais abordados pelos senadores e convidados durante o debate sobre a nova agência.

O ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, baseou-se em estatísticas positivas sobre o setor para deixar claro que a aviação civil brasileira está em crescimento. A crise, a seu ver, restringe-se apenas à Varig e deve-se unicamente a problemas de gestão.

Embora registre saldos positivos no caixa, a empresa não consegue gerar recursos suficientes para administrar a dívida que acumulou durante os anos, estimada em mais de R\$ 6 bilhões.

A intervenção do governo não é um cenário previsto pelo ministro da Defesa, José Alencar, que defende uma solução de mercado para a Varig. Na avaliação de Alencar, uma intervenção do Estado na companhia deve levar em conta a legislação brasileira, sob pena de abrir um precedente para o envolvimento do governo em todas as empre-

sas em crise. O Ministério da Defesa também defende a criação da Anac, que, a seu ver, vai aperfeiçoar o trabalho já desenvolvido pela Aeronáutica, por meio do Departamento de Aviação Civil (DAC).

Alencar enumerou alguns desafios da agência, que será responsável por novas diretrizes para o setor, como o combate à concorrência desleal e a ampliação das garantias dos consumidores.

Ele chamou atenção para a atuação do DAC durante a instalação da Anac, já que os quadros do órgão militar vão trabalhar em conjunto com os civis no período de transição.

– Não tenho dúvida de que a Anac irá beneficiar-se com a experiência transferida pelo DAC – comentou.

As duas comissões devem promover novas audiências públicas para discutir a questão, informou o presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI).

– A solução de mercado é muito melhor porque há várias empresas interessadas, grupos nacionais e internacionais interessados na compra do controle acionário da Varig – explicou o ministro.

Alguns senadores pediram a interferência do governo para impedir a falência da empresa.

“O governo, como maior credor, não pode se omitir”, observou o senador César Borges (PFL-BA), que criticou a demora nas negociações para reerguer a empresa.

“O governo conversa, discute, mas o assunto não anda”, diz Paim

– A Varig é uma marca que honra o gaúcho e o povo brasileiro – ressaltou Paim.

Os dois ministros foram cautelosos ao comentar as possíveis soluções para o impasse. Eles destacaram, no entanto, os esforços do governo para evitar a falência da empresa.

– A última coisa que queremos é a falência da Varig – declarou Mares Guia.

Delcídio quer aprimorar projeto que cria a Anac



A criação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) é um dos temas mais relevantes em análise pelos senadores. O novo órgão vai substituir o Departamento de Aviação Civil (DAC) na regulação do setor, transferindo esse poder dos militares para os civis. O relator da proposta na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Delcídio Amaral (PT-MS), adiantou ao **Jornal do Senado**, com exclusividade, algumas das modificações que vai apresentar.

A mais importante é a regulamentação do Conselho de Aviação Civil (Conac), órgão responsável por formular as diretrizes que deverão nortear todo o trabalho da Anac, informou ele.

O conselho existe desde 2000, mas a maioria de suas resoluções ainda não foi implementada, como reclamaram alguns senadores e os ministros que participaram da audiência pública sobre o assunto na última semana. Na avaliação de Delcídio, a inclusão do Conac na lei vai assegurar que essas determinações sejam seguidas pela Anac.

Compete ao colegiado, entre outras atribuições, criar os mecanismos para a concessão de infra-

estrutura aeroportuária e aprovar o plano geral de outorga das linhas aéreas, além de coordenar atividades de proteção de voo e de regulação. De acordo com o substitutivo de Delcídio Amaral, o conselho será composto pelos ministros da Defesa, das Relações Exteriores, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pelo comandante-geral da Aeronáutica.

O projeto manteve ainda a estrutura atual da Infraero, empresa pública responsável pela gestão dos aeroportos brasileiros. O órgão continuará ligado ao Ministério da Defesa, mas vai trabalhar em articulação com a Agência Nacional de Aviação Civil.

Agência não deve enfocar casos específicos

Delcídio, que é líder do PT no Senado, comentou que “enxugou” o projeto da Câmara, porque, conforme explicou, estava repleto de “penduricalhos que buscavam soluções específicas para algumas empresas”.



Para Delcídio Amaral, nova agência vai garantir estabilidade e autonomia ao setor

O substitutivo a ser apresentado, acentuou o senador, estabelece a criação de uma agência para regular toda a aviação civil. “É uma agência reguladora, pensando no setor, não em casos específicos”, explicou.

A proposta estabelece ainda uma série de taxas que serão cobradas pelos serviços prestados pela Anac, que vão compor as receitas do novo órgão, além da criação de diversos cargos para integrar os quadros da agência. Para ele, a instituição da Anac vai dar estabilidade e autonomia ao setor, requisitos fundamentais para que ele se desenvolva.

Proposta contém alguns pontos polêmicos

Apesar de haver um consenso favorável à criação da Anac entre os setores envolvidos, algumas questões pontuais do projeto causam polêmica, como o período de transição estabelecido entre os quadros militares e civis na Anac.

O projeto da Câmara determina um período máximo de cinco anos para que os militares oriundos do Departamento de Aviação Civil (DAC) sejam substituídos por civis contratados por meio de concurso público. O prazo, no entanto, é considerado insuficiente por especialistas do setor. Eles argumentam que faltam profissionais especializados em número suficiente para suprir a demanda da Anac, além de apontar a morosidade no processo de realização de concursos públicos. Este ponto pode ser alterado ou até suprimido do texto pelos

senadores.

Outra controvérsia diz respeito ao processo de certificação e homologação das aeronaves, que atualmente são exercidas pelos militares. A tendência é que a atividade passe a ser uma atribuição da Anac, mas a Aeronáutica quer manter essa prerrogativa. Na audiência pública da semana passada, o senador Hélio Costa (PMDB-MG) sugeriu que fosse realizada uma reunião secreta com a presença do ministro da Defesa para tratar dessa e de outras questões correlatas.

A proposta da Câmara estabelece que a Anac será sediada em Brasília, mas a bancada fluminense pretende que a agência reguladora fique no Rio de

Janeiro, onde já está consolidada toda a estrutura do DAC.

Também estão indefinidas a ampliação da vigência das concessões já exercidas pelas empresas atuais e a suspensão do poder dos órgãos de regulação econômica sobre o setor, como o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Essas são algumas reivindicações das companhias aéreas, para dar garantias à recuperação financeira daquelas que enfrentam crises, mas o projeto não deve contemplar o pedido dos empresários.

Dados apontam crescimento da aviação civil

Estatísticas apresentadas pelo diretor-geral do Departamento de Aviação Civil (DAC), Jorge Godinho Nery, confirmam a afirmação do ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia, de que o setor está em plena expansão. “Os dados falam por si. Não temos crise do setor, apenas uma empresa com dificuldades, com problemas de má gestão”, afirmou o ministro.

Durante a audiência, o diretor do DAC mostrou a seguinte avaliação da aviação civil ao longo dos anos.

	1999	2002	2004
Empresas existentes	22	21	28
Cidades atendidas	286	120	132
Lucratividade	-2,9%	-8,3%	+7,5%

Fonte: Departamento de Aviação Civil (DAC)

SERVIÇO PÚBLICO Audiência pública na CCJ discute proposta que amplia para 75 anos a aposentadoria compulsória

Mudança na aposentadoria compulsória divide opiniões



A proposta de emenda constitucional (PEC 42/03) que amplia de 70 para 75 anos de idade a aposentadoria compulsória do servidor público divide opiniões em sua tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, onde na semana passada o tema foi debatido em audiência pública [veja reportagens nesta página].

A PEC também fixa nova idade-limite para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais, já que a esses servidores públicos é exigido um mínimo de cinco anos de permanência no cargo para a obtenção da aposentadoria. Dessa maneira, para a nomeação dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), dos tribunais regionais federais e do Tribunal Superior do Trabalho (TST) o limite máximo a ser obedecido seria o de 70 anos de idade.

Primeiro signatário da proposta, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) salienta que sua intenção não é atingir os servidores que podem requerer aposentadoria com base no tempo de serviço, mas assegurar àqueles que

querem permanecer no serviço público por satisfação pessoal a possibilidade de fazê-lo. O senador gaúcho avalia que a PEC é destinada principalmente aos ministros dos tribunais superiores, desembargadores, procuradores, professores universitários e cientistas, que, mesmo possuindo alta capacidade, são obrigados a encerrar a vida profissional ao completarem 70 anos.

– O ministro do STF Paulo Brossard teve que deixar a instituição por conta de uma aposentadoria compulsória aos 70 anos, mesmo atuando com extremo brilhantismo no cargo de vice-presidente do Supremo.

Emenda impõe exame como condição

Pedro Simon se disse favorável à emenda apresentada pelo relator da proposta na CCJ, senador José Jorge (PFL-PE), que coloca o exame médico para comprovar o bom estado de saúde do servidor como condição para que ele permaneça em atividade após os 70 anos.

– Não adianta o trabalhador achar que está tudo bem. É melhor que uma avaliação médica ateste que, além de querer ficar, o servidor tem condições para continuar trabalhando.

Simon defende aprovação

O senador Pedro Simon reconhece que, se os ministros do STF ficarem por mais cinco anos em seus cargos, diminuirá o poder do atual presidente da República de nomear outros magistrados, o que é um empecilho para a aprovação da matéria. Mas ele considera sem fundamento outras razões apresentadas para rejeitar a proposta.

– Esta PEC não vai complicar setores das Forças Armadas e nem do Itamaraty, como muitos dizem. É o órgão que vai dizer se a medida trará problemas para a hierarquia de determinadas carreiras e decidir se aceita ou não a permanência dos servidores.

Em resposta ao senador Hélio Costa sobre quantas aposentadorias serão efetivadas no STF, o ministro Nelson Jobim informou que três ministros se aposentarão sob a regra atual da compulsória aos 70 até 2010.

O senador José Jorge assinalou que a elevação da idade para a aposentadoria compulsória manterá em atividade muitos pesquisadores e professores universitários, além de evitar que o serviço público perca esses profissionais para a iniciativa privada, como ocorre atualmente.



Para Simon, caberá a cada órgão dizer se permanência do servidor trará problemas

Aloizio Mercadante defendeu que a proposta tenha vigência apenas nos tribunais superiores, para evitar que a progressão na magistratura e nas carreiras militares seja “trancada”. Outra alternativa sugerida pelo parlamentar seria estabelecer um limite de servidores que permaneceriam em atividade até os 75 anos.

Para Romeu Tuma (PFL-SP), a redução de vagas para as promoções poderá desestimular o ingresso de novos profissionais nas carreiras. Ideli Salvatti (PT-SC) alertou para o fato de que, com a idade, as pessoas não se tornam apenas mais sábias, mas também mais conservadoras.



José Alencar, Antonio Carlos Magalhães e Nelson Jobim, na audiência da CCJ: apoio à proposta

Proposta ganha apoio em debate

A proposta de elevar a aposentadoria compulsória para 75 anos recebeu apoio do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, e do ministro da Defesa e vice-presidente da República, José Alencar, em audiência pública realizada semana passada para discutir o assunto. Os senadores Demostenes Torres (PFL-GO), Hélio Costa (PMDB-MG), Amir Lando (PMDB-RO) e Marcelo Crivella (PL-RJ) também se posicionaram favoráveis à matéria.

Além de considerar que a proposta é adequada à modernidade, o ministro Nelson Jobim destacou que a iniciativa pode implicar economia para os cofres públicos, já que a continuidade dos servidores em seus cargos evitaria o pagamento de dois salários – para o servidor aposentado e para o que ocuparia sua vaga. Ele observou também que, do ponto de vista do STF e dos tribunais



Jefferson Péres, favorável à proposta, propõe exame médico anual após os 70 anos

superiores, a PEC não representa nenhum problema, pois esses órgãos não são tribunais de carreira. Já nos tribunais regionais federais a proposta acarretaria redução imediata no número de vagas para promoção dos magistrados, mas essa contingência em pouco tempo seria superada.

Segundo o presidente do STF, o problema da progressão nas

carreiras – apontado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) como entrave à elevação da aposentadoria compulsória – pode ser resolvido se for diminuído o tempo atual para permitir maior rotatividade dos servidores. Jobim disse ainda que leis complementares poderão definir a situação de categorias específicas como a de militares e embaixadores, além da exigência de exame médico para o servidor acima de 70 anos, seja ele anual – como sugeriu o senador Jefferson Péres (PDT-AM) – ou não.

De acordo com o presidente da CCJ, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), a PEC 42/03 deve ser votada na comissão dentro de 15 dias e não haverá mais audiências públicas para discutir o tema. As alterações a serem propostas, informou o parlamentar baiano, deverão ser encaminhadas por escrito ao relator da matéria.

Alencar sugere elevação paulatina do limite

O ministro José Alencar disse que, com certeza, apoiaria a proposta, já que ele próprio, com 73 anos, pode ser visto como demonstração de que a expectativa de vida do brasileiro está aumentando. “Quando eu era menino, uma pessoa de 60 anos ‘já era’. Hoje, não é mais assim”, observou. Alencar sugeriu, contudo, que a mudança seja implantada gradualmente no serviço público,

para não comprometer o número de vagas disponíveis para a progressão dos que iniciam a carreira. Assim, a compulsória seria inicialmente elevada para os 71 anos, até chegar aos 75 anos.

Também presente ao debate, o secretário-geral do Ministério de Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, afirmou que a maioria dos diplomatas opta pela aposentadoria

compulsória aos 70 anos. Em sua avaliação, cabe estabelecer uma regra específica para os integrantes do Itamaraty, já que eles são submetidos ao desgaste de viver longe dos familiares por muitos anos para atingir os postos mais altos da carreira. E é preciso garantir o estímulo representado pelas promoções no preenchimento dos cargos, segundo o embaixador.

Mudança será discutida por sindicatos

Ainda sem posição fechada sobre o aumento da idade para a aposentadoria compulsória, algumas entidades que representam categorias de servidores públicos já prevêm a necessidade de ampla discussão do assunto com os trabalhadores. O diretor da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU (Fenajufe), Roberto Policarpo, avalia que o tema será tratado sob os dois pontos de vista mais recorrentes.

– É claro que a maior expectativa de vida dos brasileiros não

pode ser desprezada na análise da proposta, pois hoje temos pessoas que chegam aos 70 anos em plena capacidade laborativa. Mas não devemos esquecer que quanto mais tempo alguns passam no serviço público, menos oportunidades serão abertas para que outros entrem em seus quadros.

Para Ezequiel Nascimento, presidente do Sindicato dos Servido-

res do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis), a proposta não pode ser vista, em princípio, com antipatia, mas é preciso abordá-la cuidadosamente para que seu debate não ocorra de “forma açodada”.

– Não podemos submeter uma discussão rica como essa ao interesse de quem está hoje querendo permanecer um pouco mais no serviço público.

Proposta precisa de amplo debate com os servidores, diz sindicalista

COMISSÕES

Para Costa, intervenção no Rio não foi política

O ministro da Saúde, Humberto Costa, negou, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que a intervenção federal na saúde no município do Rio de Janeiro tenha sido um ato político ou um instrumento de perseguição ao prefeito César Maia.

O ministro disse que a intervenção baseou-se em “precedentes considerados graves”, citando a incapacidade de gestão da prefeitura carioca; o caos na assistência hospitalar, com o fechamento de

unidades de emergência, a exemplo do que ocorreu no Hospital Cardoso Fontes; a falta de insumos e medicamentos; as filas nos hospitais; e as greves de médicos e pessoal de apoio.

Humberto Costa anunciou, entretanto, que já fez uma proposta à prefeitura para pôr fim à crise. Entre as medidas está a garantia do pagamento, pelo governo federal, no prazo de um ano, de ambulâncias e equipamentos destinados a colocar em pleno funcionamento o Serviço

de Atendimento Móvel de Saúde (Samu).

O clima da reunião foi tenso. O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) criticou duramente a gestão de Humberto Costa, apontando a falta de medicamentos para a Aids e a contratação de pessoal não qualificado, ligado ao PT, para o Instituto do Câncer (Inca). Segundo o senador, a “saúde não pode ser usada para fazer política partidária”.

Costa elevou o tom da voz e chegou a bater na mesa.

– Um prefeito que não implanta ações básicas de saúde e permite até o fechamento de unidades de emergência não pode se colocar para a opinião pública como um excelente administrador, como vem ocorrendo nas campanhas publicitárias – acusou.

Bornhausen protestou contra a postura de Humberto Costa, ao mesmo tempo em que o qualificou de “ministro vampiro”, em alusão à série de irregularidades nas compras de hemoderivados e de medicamentos.

Marcelo Crivella (PL-RJ) concordou com a intervenção federal, enquanto Sérgio Cabral (PMDB-RJ) discordou apenas do modo como foi feita.



Antônio Carlos Valadares (D) ouve o ministro responder aos senadores: clima tenso no debate com o senador Bornhausen

Oposição faz críticas. Mercadante elogia

O ministro Humberto Costa admitiu que, em alguns estados, como os do Norte e Nordeste, existem “expressivos déficits de leitos hospitalares nas unidades de terapia intensiva (UTIs), problema que vem sendo corrigido com mais recursos, treinamento de pessoal e instalação de leitos semi-intensivos”. Até o final do ano, anunciou, estarão cadastrados 12.846 leitos, dentro da média recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Com relação a mortes de crianças indígenas, Humberto Costa salientou que o problema extrapola a área da saúde. Ele explicou que tribos como as localizadas em Dourados (MS) residem em

áreas urbanas e enfrentam problemas ligados a saneamento básico e poluição de rios.

O senador José Agripino (PFL-RN) classificou de incompetente a atual gestão da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Disse que o órgão gasta mais com pessoal e outras despesas administrativas, como viagens, em detrimento à saúde. Em consequência, observou, doenças que já estavam praticamente erradicadas, como o mal de Chagas, já começam a reaparecer. O ministro afirmou que o surgimento da doença no Sul e no Norte do país foi atípico e garantiu que não há descontrole desse tipo de doença.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou a irregularidade por parte do Ministério da Saúde no fornecimento de medicamentos para doentes de Aids, e classificou de “calamidade” a situação que resultou na morte de crianças indígenas.

Aloizio Mercadante (PT-SP) enalteceu a gestão de Humberto Costa, afirmando que “marcará história na saúde pública do país”. Como exemplo, lembrou que o ministro restabeleceu o firme combate à dengue. Para o senador, é preciso despartidarizar a saúde no país. Ele ressaltou que o tema saúde é complexo e requer parcerias entre municípios, estados e União.



Nilmário Miranda, com o senador Juvêncio da Fonseca: situação dos índios em Dourados é agravada por viverem na área urbana

Governo busca solução para índios, diz Nilmário

O ministro-chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, disse, em depoimento à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que o governo federal vem tomando providências para resolver os problemas enfrentados por cerca de 11 mil índios que vivem na cidade de Dourados (MS), onde 21 crianças indígenas morreram de desnutrição nos últimos meses. Haveria ainda, informou, mais 2.319 crianças desnutridas.

Ele aproveitou a oportunidade para anunciar que o governo concluirá, até o fim de 2006,

todas as demarcações de terras indígenas, desde que não tenham pendência judicial.

O presidente da CDH, senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), autor do requerimento que resultou na realização da audiência pública, disse temer pelo futuro dos cerca de 450 mil índios que atualmente povoam o solo brasileiro.

– A calamidade ocorrida em Dourados foi a gota d’água e demonstrou a falta de seriedade com relação à questão indígena. Chega de tantas reuniões e seminários. O que o país necessita é de ação concreta para salvar os nossos índios – desabafou.

Deputado teme ocorrência de conflito armado em MS

Na audiência pública, o deputado estadual do PT de Mato Grosso do Sul Pedro Kemp afirmou que está na iminência de acontecer um conflito na região. Para ele, isso pode ocorrer porque os índios estão restritos a áreas muito limitadas naquele estado, apesar de apresentarem crescimento populacional duas vezes maior que o do restante da população.

O senador João Capiberibe (PSB-AP), por sua vez, afirmou que o processo de colonização do Brasil foi “genocida, tanto que restaram no país apenas 300 mil indígenas”. Para o senador, está na hora de reconhecer que o Estado errou e que a saída é reconhecer e corrigir esses

erros. “O Estado invadiu terras indígenas”, apontou.

O representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em Mato Grosso do Sul, Egon Heck, afirmou que a luta dos índios daquela região tem como objetivo “a reconquista de suas terras, do direito de terem espaço para viver com liberdade e dignidade e de serem tratados como um povo de cultura diferenciada, conforme garante a Constituição”.

Fátima Cleide (PT-RO) e Capiberibe lamentaram a dificuldade que indígenas tiveram para entrar no Congresso e participar da audiência. Apenas lideranças foram autorizadas a participar da reunião.

CE autoriza criação de instituições de ensino

A Comissão de Educação (CE) aprovou relatórios favoráveis a dois projetos do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que autorizam o governo federal a criar instituições de ensino no Espírito Santo. O primeiro (362/04) autoriza a criação da Escola Técnica Federal do Petróleo de Cachoeiro do Itapemirim e o segundo (331/04) autoriza a criação da Universidade Federal de São Mateus, no interior do estado, por desmembramento da Universidade Federal do Espírito Santo. Os respectivos relatores foram os senadores João Batista Motta (PMDB-ES) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Ambos os projetos são terminativos e seguem para exame da Câmara dos Deputados.

Nesta quinta-feira, às 10h, haverá a instalação da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro e Comunicação Social.

Doações para fundos têm novas regras

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável a projeto de lei da Câmara (PLC 51/04) que visa facilitar e elevar as doações para os fundos dos direitos da criança e do adolescente, de âmbito nacional, estadual ou municipal. O projeto, relatado pela senadora Fátima Cleide (PT-RO), terá que passar ainda pelo exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) antes de ir ao Plenário.

Pelas normas atuais, as doações de pessoas físicas devem ser feitas durante o ano-calendário, ou seja, no ano que precede aquele em que o Imposto de Renda será apurado. O projeto permite que as doações sejam realizadas até o momento da declaração do IR.

Dispensa do trabalho para vacinar filho

Parecer favorável a projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que permite ao servidor público e ao empregado da iniciativa privada deixar de comparecer ao serviço, por um dia, sem prejuízo do recebimento do salário, para vacinar o filho ou dependente menor foi aprovado pela CAS. Para tal, o trabalhador terá que apresentar comprovação de que realmente realizou a vacinação. A matéria terá que ser examinada ainda pelo Plenário.

Em relatório apresentado ao projeto (PLS 287/04), o senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) observa que a imunização das crianças não será eficaz apenas com as campanhas anuais empreendidas pelo poder público. Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB) e Paulo Paim (PT-RS) destacaram a importância do projeto para a saúde das crianças.

Profissão de ortoptista em debate

A CAS aprovou requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR) para realização de audiência pública para debater o projeto que trata da profissão de ortoptista (PLS 139/03). A ortóptica é a parte da Oftalmologia que diagnostica e trata os distúrbios da visão binocular. O ortoptista é o profissional formado em curso de nível superior e que atua nos casos de estrabismo ou distúrbios de leitura.

A CAS aprovou também requerimento da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) para audiência pública com o propósito de contribuir para o exame do projeto do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que institui a profissão de teólogo (PLS 114/05).

COMISSÕES

Comissões debatem descarte de pneus usados

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovaram requerimentos para a realização de audiência pública com o fim de instruir a votação do projeto de lei que trata da contrapartida ambiental para fabricantes e importadores de pneus (PLS 216/03).

A CAS acolheu requerimento do senador Flávio Arns (PT-PR), autor do projeto de lei, que pede a presença de representantes dos ministérios da Saúde, do Meio Ambiente, da Justiça, da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; da Associação Brasileira de Fabricantes de Pneus Remoldados; do governador do Paraná, Roberto Requião, e do empresário do setor Francisco Simeão. A CMA também quer ouvir representantes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Petrobras.

Após a audiência, haverá reu-



Flávio Arns pediu a reunião conjunta da CAS e da CMA para discutir seu projeto

nião conjunta da CAS e da CMA para debater o projeto, a partir do que os senadores decidirão em votações separadas, sobre sua tramitação definitiva.

A CMA aprovou ainda requerimento para realização de outra reunião, esta com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para ouvir a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, sobre a fiscalização na alocação de recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC).

Ministra discutirá horário de verão para todo o país

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou dois requerimentos do senador Delcídio Amaral (PT-MS), convidando a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e o ministro das Cidades, Olívio Dutra, para audiências públicas no colegiado.

A ministra discutirá o projeto de lei que determina a adoção do horário de verão em todo território nacional (PLS 530/03). Já Olívio Dutra vai debater a proposta que altera a Lei 6.766, para condicionar a pavimentação urbana à prévia implantação das redes de infra-

estrutura urbana básica. Ainda não foram definidas as datas das audiências.

O presidente da comissão, senador Heráclito Fortes (PFL-PI), comunicou que deve ser realizado também seminário sobre as parcerias público-privadas (PPPs), em junho.

Os senadores Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Delcídio Amaral vão selecionar os nomes das autoridades que serão convidadas para o seminário. A escolha deverá incluir representantes do governo, da iniciativa privada e, possivelmente, dos fundos de pensão.

Exportações para os EUA aumentaram 20%

Durante visita ao presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Cristovam Buarque (PT-DF), o embaixador brasileiro em Washington, Roberto Abdenur, negou que o governo esteja dando prioridade ao comércio com os países em desenvolvimento. Ele informou que as exportações para os Estados Unidos, principalmente de produtos industrializados, aumentaram mais de 20% nos últimos dois anos.

– Queremos diversificar o comércio exterior e abrir novos mercados sem prejuízo das relações com parceiros tradicionais do mundo desenvolvido, como os Estados Unidos e a União Europeia – observou o diplomata.

Abdenur veio ao país acompanhando a secretária de Estado dos Estados Unidos, Condoleezza Rice, e disse que o governo brasileiro está trabalhando para aumentar as relações comerciais



Cristovam Buarque, presidente da CRE, recebeu o embaixador brasileiro em Washington

com aquele país.

Em relação ao assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, ocorrido em fevereiro, no Pará, o embaixador disse que o caso teve grande repercussão no mundo inteiro, e que o impacto no exterior foi muito prejudicial para a imagem do Brasil.

Congresso em defesa do setor agropecuário

As comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), do Senado, e de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, da Câmara, juntamente com o Fórum Nacional de Secretários de Agricultura (FNSA), lideranças e representantes de entidades do setor entregaram na quarta-feira ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, um manifesto de apoio à recomposição do orçamento do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE) e Flávio Arns (PT-PR), respectivamente presidente e vice-presidente da CRA, pediram ação conjunta do Executivo e Legislativo e da sociedade para que o ministério possa receber, nos próximos anos, recursos suficientes para gerir o setor.

– Vamos resolver essa questão a partir da Lei de Diretrizes Orçamentárias e garantir que, em 2005, o orçamento para o setor seja maior e que o governo federal não contigencie os R\$ 100 milhões necessários para uma defesa sanitária mais prudente e responsável – afirmou Sérgio Guerra.

Ele recordou, ainda, que a liberação dos recursos pode representar maior saldo nas exportações.

– É prioritário também que posamos fazer o acompanhamento das ações governamentais, para



Jonas Pinheiro, entre Sérgio Guerra e o deputado Ronaldo Caiado, alerta para restrições dos EUA à carne brasileira

que os recursos destinados ao campo cheguem no momento certo – completou Flávio Arns.

Para Lúcia Vânia (PSDB-GO), “é preciso procurar o próprio presidente Lula para saber o que ele pensa da agricultura brasileira”.

Já o senador Osmar Dias (PDT-PR) propôs que qualquer decisão com relação ao setor agropecuário seja aprovada pelo Congresso e não mais “arbitrada” pelo governo federal. Ele sugeriu a inclusão, no manifesto, de pedido de aporte financeiro para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

Jonas Pinheiro (PFL-MT) aler-

tou para a possibilidade de a carne brasileira ser interdita nos Estados Unidos, já que os frigoríficos no Brasil foram considerados fora dos padrões exigidos por aquele país.

O deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO), presidente da comissão da Câmara, lembrou que as dívidas dos produtores aumentam na proporção em que é reduzido o orçamento para o setor. Para

o presidente do FNSA, Antônio Nogueira, é preciso liberar os recursos para a agricultura e defesa sanitária, antes que o colapso do setor traga reflexos “horrorosos” para o país.

Congresso pode garantir recursos para o setor na Lei de Diretrizes Orçamentárias

Incentivo à contratação de maiores de 40 anos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) promoverá audiência pública para discutir o projeto do senador Jefferson Péres (PDT-AM) que concede incentivo fiscal para pessoas jurídicas que empreguem funcionários com mais de 40 anos de idade (PLS 103/99).

A audiência pública da comissão, convocada por reque-

rimento proposto pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), deverá contar com a participação do secretário de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, Remígio Todeschini.

Outro requerimento acolhido na CAE, de autoria do senador Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente da comissão, propõe au-

diência para analisar possíveis falhas no programa de erradicação da febre aftosa no Pará. Serão convidados o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, e o diretor de Defesa Animal do ministério e delegado do Brasil perante a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), Jorge Caetano.

Zambiasi e Simon assumem a comissão do Mercosul

A representação brasileira na Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul elegeu na quinta-feira os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), para a presidência, e Pedro Simon (PMDB-RS), para a vice-presidência, durante o biênio 2005/2006. Assume a secretaria geral o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), até então presidente da comissão, e, como secretário-geral adjunto, o deputado Leodegar Tiscoski (PP-SC).

Zambiasi disse que a questão do mercado comum não está restrita apenas aos estados do Sul. Segundo ele, neste momento em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está dando muita atenção para os temas latino-americanos, a comissão terá papel fundamental para estimular a integração entre os países. A criação de um parlamento co-

mum do Mercosul, observou, é a meta final dessa integração.

Ao passar o cargo para Zambiasi, Dr. Rosinha ressaltou que o Mercosul tem importante papel no atual momento político latino-americano e internacional. Ele afirmou que, devido à evolução da conjuntura mundial, é necessário que os parlamentos internacionais ampliem o debate. O deputado também lembrou a competência das consultorias parlamentares da Câmara e do Senado, que ele considera as melhores da América do Sul.

Alternância na direção do colegiado

Simon salientou que, por estar ligado aos meios de comunicação e ter preocupação com as causas sociais, Zambiasi fará administração eficaz. Já o senador Edu-



Órgão deverá estimular integração entre os países do bloco, resalta Zambiasi

ardo Suplicy (PT-SP) recordou a eficiente atuação do deputado Dr. Rosinha junto ao Ministério das Relações Exteriores. A Comissão do Mercosul é composta por nove senadores e nove deputados, com igual número de suplentes. Deputados e senadores se alternam, a cada dois anos, na presidência da comissão.

COMISSÕES

Sachs: Brasil deve pressionar países ricos a ajudar pobres

O economista norte-americano Jeffrey Sachs afirmou, em audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve pressionar os países ricos a cumprirem suas promessas de transferir 0,7% do produto interno bruto (PIB) para financiar o Projeto do Milênio das Nações Unidas.

Sachs afirmou que o presidente Lula é uma liderança cujas declarações são ouvidas no mundo, em especial “quando ele fala ao lado de líderes como o presidente da França, Jacques Chirac; ou o

primeiro-ministro da Espanha, Rodríguez Zapatero”.

Para obter mais força em termos globais, segundo Sachs, o Brasil deve intensificar esforços diplomáticos para conquistar um lugar no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). O Brasil tem amigos em vários países, entre ricos e pobres, que podem ajudá-lo a alcançar esse objetivo, disse ele.

Sachs foi convidado por proposta do presidente da comissão, Cristovam Buarque (PT-DF), para falar sobre o papel do Brasil no Projeto do Milênio, do qual é diretor designado pela ONU.

Bancada quer atuar em defesa do projeto

Ao Brasil, Sachs recomendou investimentos em infra-estrutura (estradas, saneamento, fornecimento de água potável para a população), saúde e educação. Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), assegurar creches para crianças de zero a seis anos, como prevê proposta de emenda à Constituição aprovada semana passada no Senado, é um dos meios para alcançar os objetivos do projeto na educação.

A questão central do Projeto do Milênio, segundo o economista norte-americano, é a mobilização. Para isso, 16 senadores e 14 deputados de vários partidos criaram a Bancada do Milênio, coordenada pelo senador Cristovam Buarque. Como um dos objetivos do projeto é a abertura dos mercados dos países ricos aos produtos agrícolas dos países pobres, Cristovam sugeriu que a Bancada do Mercosul junte seus

esforços com a do Milênio.

Sobre a região amazônica, o economista Jeffrey Sachs opinou que a questão não é fácil e somente será resolvida com decisão política do governo brasileiro e ajuda dos países ricos.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM), Pedro Simon (PMDB-RS), Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e Roberto Saturnino (PT-RJ), entre outros, debateram durante três horas com o economista.

Secretário diz na CPI da Terra que coronel do Paraná é “criminoso”

O secretário de Segurança do Paraná, Luiz Fernando Ferreira Delazari, acusou o tenente-coronel da Polícia Militar Valdir Copetti Neves de ser um “criminoso travestido de policial”. Neves está preso por tráfico internacional de armas e formação de milícia armada a serviço de proprietários rurais. Delazari também declarou que o tenente-coronel é o único paranaense registrado na Organização dos Estados Americanos (OEA) sob a acusação de tortura. O secretário de Segurança foi convocado a depor na CPI da Terra após ter sido acusado pelo militar de “perseguição política e grampo ilegal de telefones”.

Segundo Delazari, o governo quer “intermediar os conflitos

fundiários no Paraná de forma a manter a paz no campo, evitando o histórico de violência do estado”. Ele citou como exemplo dessa violência o extinto Grupo Águia, da PM, que era comandado por Neves.

– Recebi inúmeras denúncias de tortura contra ele, uma envolvendo a morte do líder rural Teixeira, em represália à morte de três policiais à paisana por sem-terra – informou Delazari.

O secretário de Segurança relatou que o Grupo Águia foi criado originalmente para combater roubos e furtos de caminhões.

– Em determinado momento, porém, o grupo passou a executar ações de reintegração de posse, o que é inusitado e revela como

o governo estadual anterior [Jaime Lerner] abordava a questão agrária. É como se um órgão que tratasse do meio ambiente passasse a lidar com homicídios – argumentou.

Verdadeiras operações de guerra nos despejos

Delazari ressaltou que o tenente-coronel da PM apresenta uma postura ideológica clara, contrária ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que poderia ser constatado em uma monografia escrita por Neves, quando estudava na Escola Superior de Guerra.

– Foi por essas razões que Neves foi indicado, por outro governo estadual, para liderar as ações de despejo do Grupo Águia, que eram verdadeiras operações de guerra, realizadas de madrugada, sem transparência, e de forma violenta – afirmou o secretário de Segurança.

Depois de Delazari, o tenente-coronel voltou a depor na CPI. Negou todas as denúncias e repetiu as acusações contra o secretário. Para Neves, “não há milícia armada em defesa da propriedade rural; quem tem milícia armada é o MST”. Ele lembrou que invasão “é um crime doloso, formal e permanente”.



Sachs, ao lado de Cristovam: Brasil perdeu chance de mudar modelo econômico na década de 60

JOSE CRUZ

Comissão vai propor leis comuns com Paraguai

Em audiência pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizada na sexta-feira em Foz do Iguaçu (PR), foi aprovada a criação de comissão paritária dos parlamentos brasileiro e paraguaio. O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), autor da proposta, destacou a necessidade de criação do órgão para elaborar uma legislação comum, que ofereça segurança aos investidores de ambos os países.

Na abertura do evento, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) salientou que Foz do Iguaçu tem vocação turística e que é preciso mudar a imagem de que na cidade há apenas terroristas, contrabandistas e criminosos. Tuma disse que a idéia que se faz da cidade afasta investimentos e assusta visitantes.

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou a

disposição dos parlamentares paraguaios de buscar uma solução para os problemas relacionados à fronteira entre Brasil e Paraguai.

Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) ressaltou que a instalação da comissão paritária é uma alternativa importante, que pode resultar na integração e na solidariedade entre os dois países.

– É importante a consolidação do Mercosul para os dois países. A palavra de ordem é unidade. Deverá haver uma mesma moeda e uma mesma linguagem – afirmou.

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) disse que não aceita que o governo brasileiro não dê atenção aos problemas com os países próximos.

– Se queremos implantar o Mercosul, temos que nos entender com os vizinhos – alertou Pavan.

Referendo sobre armas pode sofrer adiamento

Um encontro entre o deputado João Paulo Cunha (PT-SP) e o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Velloso, na quarta-feira, definiu que o referendo do desarmamento pode ser realizado no fim de outubro deste ano. Na semana passada, João Paulo foi nomeado relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara do projeto de decreto legislativo que autoriza a realização do referendo sobre o comércio de armas no país (PDC 1.274/04).

A alternativa de mudar a data estabelecida inicialmente pelo projeto procura resolver o problema da demora na análise da proposta pelo Plenário da Câmara, cuja pauta de votações está obstruída por MPs. A mudança é possível porque o Estatuto do Desarmamento não determina data específica, mas apenas o mês para a reali-

zação do referendo.

Apresentado em dezembro de 2003 pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL) e aprovado há exatamente um ano pelo Plenário do Senado (em 5 de maio de 2004), o projeto aguardava desde então parecer da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara. Como isso não aconteceu, a proposta foi encaminhada na última segunda-feira para a CCJ.

O presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), reconheceu a necessidade de votar o projeto e disse que vai pedir empenho aos líderes para limpar a pauta. Segundo o deputado João Paulo, a votação na CCJ deve ocorrer dentro de 15 dias – prazo que ele considera suficiente para que a pauta do Plenário seja desobstruída e a matéria possa ser apreciada.



O secretário Delazari, ao lado de Alvaro Dias (C), presidente da CPI: tenente-coronel Neves é registrado na OEA como torturador

GERALDO MAGELA

PLENÁRIO

PEC beneficia funcionários civis de RO

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) apelou aos senadores para que aprovem a proposta de emenda à Constituição (PEC 87/03), de sua autoria, que incorpora os funcionários públicos civis do então território de Rondônia, admitidos até 31 de dezembro de 1991 (data da criação do estado), a um quadro em extinção da administração federal. A senadora lembrou que o mesmo foi feito em 2002 com o pessoal da Polícia Militar de Rondônia, e em 1998, com o quadro de pessoal civil e militar, da data em que os ex-territórios de Roraima e Amapá também foram promovidos a estados. A discussão da PEC 87, já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), está prevista para 2 de junho.

Serys: educadores de Mato Grosso são prejudicados

A senadora Serys Shessarenko (PT-MT) acusou o governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, de querer "destruir" a Lei Orgânica dos Profissionais da Educação Básica daquele estado, por ter proposto alterações àquela legislação. Entre as propostas do governo de Mato Grosso estão a retirada da obrigatoriedade de revisão anual dos salários dos professores e a transformação dos cargos de direção, coordenação e assessoramento nas escolas em cargos de confiança. Serys também defendeu proposta da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), de conversão do serviço da dívida externa em investimentos na educação.

Aelton defende mais assistência aos idosos

Ao anunciar a reinstalação da Subcomissão Permanente do Idoso, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), o senador Aelton Freitas (PL-MG) defendeu a ampliação dos "esforços em torno de políticas públicas de assistência aos idosos", tais como subsídios para baratear ou impedir aumentos nos preços de remédios de uso contínuo. Ele citou pesquisa recente da Fundação Getúlio Vargas (FGV), segundo a qual a inflação acumulada entre 1994 e 2004 para a população da terceira idade ficou quase 50 pontos percentuais acima da incidente sobre o restante da população.

Aelton relatou que os produtos

que receberam os maiores reajustes nos últimos anos, como alimentos, medicamentos e tarifas públicas, têm mais peso no orçamento dos idosos. "Só os gastos com saúde representam 15% de seus orçamentos", ressaltou.

Ele disse ainda que muitos dos 18 milhões de aposentados e pensionistas do país são o principal esteio financeiro de suas famílias, e que 60% dos benefícios correspondem a um salário mínimo.

Vacinação contra gripe para maiores de 60 anos

Aelton Freitas fez um apelo às pessoas com mais de 60 anos para que procurem, até 6 de maio, um posto da campanha de vacinação antigripe gratuita



FOTOS: ROOSEVELT PINHEIRO

Aelton Freitas anuncia a reinstalação da Subcomissão Permanente do Idoso

do Ministério da Saúde, onde poderão receber também vacinas contra pneumonia, difteria, tétano e febre amarela.

Inflação pesa mais para terceira idade

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) também manifestou sua preocupação com o impacto da inflação sobre o orçamento dos consumidores da terceira idade. "Segundo pesquisa da FGV, a inflação para a terceira idade foi 18% superior à inflação do conjunto da população calculada pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC)", disse a senadora.

- Em vez de envelhecerem com dignidade, os idosos vêem seus parques vencimentos serem consumidos pela inflação - lamentou.

Lúcia Vânia lembrou que em 1997, durante sua gestão como secretária nacional de Assistência Social, foi implantada a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), com o objetivo de ampliar o bem-estar dos idosos e dos deficientes físicos, de forma que continuassem atuando ativamente na sociedade. Para isso, a lei desenvolve ações como a qualificação e requalificação profissional e os centros de convivência de idosos.



Lúcia Vânia

Tourinho apóia projeto anti-racismo

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) anunciou que dará parecer favorável a projeto (PLS 309/04) do senador Paulo Paim (PT-RS) que amplia as situações em que a discriminação racial ou religiosa pode ser enquadrada como crime. A atual legislação "possui brechas", conforme Tourinho, que permitem que condutas com "notório sentido racista" não possam ser enquadradas como crime.

A Lei 7.716/89 prevê que só atos claros de prática, indução e incitamento ao racismo são passíveis de punição. Já o projeto em debate no Senado, do qual Tourinho é o relator, torna passível de enquadramento em crime de discriminação quem negar, impedir, interromper, restringir, constranger ou dificultar o exercício de um direito de outro cidadão por motivo de raça, cor, etnia, religião ou origem.

- Somente com a punição efetiva estaremos livres dessas absurdas práticas racistas - afirmou Tourinho. O senador também apoiou o jogador Grafite, do São Paulo, que deu queixa por racismo contra o jogador argentino Leandro Desábato, que o agrediu verbalmente no estádio do Morumbi, na capital paulista, no dia 13 de abril.

Osmar Dias saúda Embrapa pelos seus 32 anos

O senador Osmar Dias (PDT-PR) saudou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) pela passagem de seu 32º aniversário, comemorado na terça-feira. Para ele, a maior conquista da Embrapa foi o avanço da agricultura no cerrado, com uma incorporação de quase 100 milhões de hectares ao processo produtivo, sem destruir o meio ambiente.

Para Simon, Bento XVI pode levar a Igreja a avanços

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse acreditar que o papa Bento XVI tende a olhar para os dramas do mundo, a entender os problemas da juventude e a enfrentar os desafios decorrentes da globalização. O senador gaúcho acredita que "alguns críticos foram exageradamente áspers" ao considerarem Bento XVI duro e inflexível e não perceberam que ele pode levar a Igreja Católica a grandes avanços.

Francisco Pereira despede-se do Senado

Em um discurso emocionado, o senador Francisco Pereira (PL-ES) despediu-se do Senado, no dia 28 de abril, depois de exercer o mandato por quatro meses. Ele é suplente do senador Magno Malta (PL-ES), que reassume seu mandato. Prestaram homenagens ao colega que se despedia os senadores Paulo Paim (PT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Sibá Machado (PT-AC), Gerson Camata (PMDB-ES) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Projetos

Informação sobre a carga tributária

O senador Francisco Pereira (PL-ES) quer esclarecer o cidadão sobre a carga tributária incidente sobre os produtos. Para isso, ele apresentou proposta (PLS 129/05) que obriga a discriminação dos percentuais relativos a impostos na composição dos preços. O senador apresentou ainda projeto que transfere para o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit) as atribuições de administrar os programas de operação, manutenção, conservação, restauração e reposição de rodovias, entre outras (PLS 112/05). Essas prerrogativas são, atualmente, delegadas à Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT). Francisco Pereira propôs também o acesso dos portadores de deficiência visual a versões em braille da Bíblia (PLS 131/05).

Incentivo ao esporte e à cultura

Projeto do senador Paulo Octávio (PFL-DF) dispensa da licitação para uso de imóveis públicos as associações sem fins lucrativos que promovam atividades esportivas, culturais e de lazer, em benefício de trabalhadores ou de comunidades carentes (PLS 105/05). A proposta, na avaliação do senador, vai incentivar a realização de eventos culturais e ampliar o acesso das associações sem fins lucrativos, para as quais os processos licitatórios são muito dispendiosos, a imóveis da administração pública.

Regulamentação da demissão voluntária

Para assegurar os direitos dos trabalhadores, o senador Francisco Pereira quer regulamentar os programas de demissão voluntária (PLS 135/05) instituídos pelos empregadores. Ele propôs ainda alterações no Código de Processo Penal (PLS 132/05) e no Estatuto do Idoso (PLS 134/05), além de incluir duas novas exceções à proibição da prisão de candidatos nos 15 dias anteriores às eleições: os casos de sentença transitada em julgado e a prisão preventiva decretada antes do início do período de 15 dias que o dispositivo determina (PLS 136/05).

Mudanças no Código Florestal

Dois propostas apontam preocupações ambientais. A primeira, do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), determina que, na reposição florestal, devem ser priorizadas as espécies nativas ou o plantio de palmáceas destinadas à exploração econômica (PLS 110/05). A segunda, de Francisco Pereira, busca proteger a vegetação que margeia os cursos d'água e as nascentes, tornando-as áreas de preservação permanente (PLS 133/05).

Mais agilidade em processos judiciais

Para acelerar o andamento de processos, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs o fim da necessidade de homologação judicial em casos em que não haja conflito, como separação e divórcio amigáveis, partilha de bens ou venda de imóveis que reflitam a vontade dos envolvidos (PLS 107/05).

Correção anual do salário mínimo

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) quer regulamentar o reajuste do salário mínimo (PLS 109/05). De acordo com a proposta, o aumento seria concedido em janeiro de cada ano, calculado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e equivalente à variação positiva do produto interno bruto (PIB), para possibilitar a correção monetária dos rendimentos e o aumento real da renda do trabalhador.

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 7 e 20 de abril

PLENÁRIO

Jefferson Péres apóia orçamento impositivo

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que, ao governo, não interessa mudar a forma como é feito, discutido, votado e cumprido o Orçamento da União, porque se arriscaria a "perder mecanismos de barganha política" e "a capacidade de segurar e liberar emendas de parlamentares para conseguir votos no Congresso". Para ele, o Congresso precisa aprovar o orçamento impositivo previsto na proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Mercadante nega patrocínio indevido

O líder governista no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), rebateu acusações do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de que o governo estaria utilizando indevidamente recursos do Fundo de Combate à Pobreza financiando, por exemplo, encontros de homossexuais.

– O governo deve, sim, patrocinar encontros de todos os setores da sociedade – disse o senador, explicando que os recursos do Fundo de Combate à Pobreza nunca foram vinculados a uma só finalidade.

Capiberibe alerta sobre fragilidade da democracia

O senador João Capiberibe (PSB-AP) manifestou-se preocupado com a instabilidade política nos países sul-americanos, como consequência do desemprego, da exclusão social, da dificuldade de acesso aos bens de consumo e da elevada dívida pública.

– Nós não conseguimos democratizar a economia dessas nações, o que leva o povo à desesperança, às rebeliões e à deposição de presidentes – ponderou, comentando a deposição do presidente do Equador, Lúcio Gutiérrez.

João Alberto elogia atitude de Lula

O senador João Alberto (PMDB-MA) disse considerar a Organização das Nações Unidas (ONU) o fórum competente para a solução de conflitos internacionais e para dirimir dúvidas sobre políticas adotadas por qualquer país. Lembrando que o organismo completa 60 anos em outubro, ele elogiou a atitude do presidente da República de desaproveitar, em reunião dos chefes de governo do Brasil, Colômbia, Venezuela e Espanha, críticas ao presidente venezuelano Hugo Chávez fora da ONU.

Ideli destaca expansão da oferta de crédito

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) destacou a expansão da oferta de crédito na economia brasileira, ao mesmo tempo em que os juros cobrados do consumidor caíram ao menor patamar dos últimos quatro anos. Ela observou que esses fatos ocorrem mesmo após a oitava alta consecutiva da taxa de juros pelo Banco Central.

A senadora afirmou que os juros médios cobrados ao consumidor em março foram de 7,45%, a menor taxa desde março de 2001. Os dados são da Associação dos Executivos de Finanças. A queda foi atribuída por ela ao crédito consignado, que permite o desconto em folha de pagamento das mensalidades, modalidade de crédito que "obrigou as instituições financeiras a se adequarem". Ela destacou que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, projeto por ela relatado no Senado que disponibiliza recursos ao pequeno empreendedor.

Ideli destacou também o aumento da oferta de crédito no



Para Ideli Salvatti, queda de juros se deve à aprovação do crédito consignado, que permite desconto em folha de pagamento

país, de 0,5% em relação ao produto interno bruto (PIB). A senadora afirmou que, de acordo com o Banco Central, o volume emprestado atingiu R\$ 500 bilhões, ou 26,7% do PIB. No ano anterior, acrescentou, o volume emprestado "mal chegou a 20% do PIB" e a previsão para 2005 é que ultrapasse 30% do PIB.

Ideli questionou a eficácia da política de juros altos pelo Banco Central, uma vez que a inflação, segundo ela, tem aumentado com os reajustes dos preços administrados, como energia,

telefonias e transportes. Esses reajustes, assinalou, estavam previstos já nos contratos de privatização.

A senadora criticou ainda a autonomia do Banco Central pretendida pelos partidos de oposição, já que, segundo ela, a autonomia defendida só vale para algumas ações do banco. A crítica foi endossada, em aparte, pelo senador João Capiberibe (PSB-AP), para quem um país que gasta 30% do que arrecada com o pagamento de juros "não tem saída".

Renan: Lula é sensível à questão dos juros

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a entrevista coletiva do presidente Lula, na sexta-feira (29), a primeira desde sua posse, mostrou que "o governo não está insensível" às reclamações da sociedade sobre os juros e tem plena consciência do risco de volta da inflação. Para ele, Lula reagiu de forma "elegante" e "firme" à ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), "que projeta mais aumentos de juros".

– O governo partilha da apreensão reinante no país sobre o binômio juros/inflação. O presidente falou três vezes que o

aumento de juros não pode ser o único instrumento de combate à inflação – sustentou.

Renan considera que o presidente Lula "deixou indicado" que o governo, internamente, cogita de outros métodos, que ele não revelou, para combater a inflação. "Acho que o presidente deixou claro que ele e o país não suportam mais essa praga que são os juros altos."

Para o presidente do Senado, Lula passou com clareza o recado de que não pretende alterar a meta inflacionária de 5,1% para este ano, admitindo, no entanto, mexer nessa meta em outro momento.

– O presidente deixou claro que não medirá esforços, e ele está certo, para impedir que o nosso conhecido dragão da inflação chegue novamente aos dois dígitos – realçou.

Depois de recomendar ao presidente que dê entrevistas à imprensa com mais frequência, pois ele se saiu bem e dominou com segurança a conversa, Renan destacou que Lula demonstrou ter "plena consciência dos equívocos do governo", especialmente quanto ao uso exclusivo de juros altos no combate inflacionário e ao nível de investimentos nas rodovias do país.

Para Virgílio, entrevista foi ato "louvável"

O líder do PSDB no Senado Federal, Arthur Virgílio Neto (AM), considerou louvável a iniciativa do presidente Lula de conceder aos jornalistas credenciados no Palácio do Planalto a primeira entrevista coletiva oficial desde a posse, em janeiro de 2003.

– Ele viu que a imprensa não morde. De outra vez, poderá conceder entrevista verdadeiramente aberta, com liberdade para muitas perguntas e réplicas para esclarecimentos – disse.

Apesar deste reconhecimento, o líder do PSDB considerou a entrevista "marqueteira", comandada pelo publicitário Duda Mendonça, convertendo-se, ao final, em pequenos 14 discursos, o mesmo número de perguntas, que não tiveram direito à réplica.

Dos erros assumidos pelo presidente Lula, o líder do PSDB chama a atenção para a auto-crítica do governo de estar combatendo a inflação apenas com políticas de juros.

– Essa declaração, somada à saída de Marcos Lisboa do Ministério da Fazenda, acende uma luz de alerta. Marcos Lisboa era o cérebro da política econômica. Será que o ministro Palocci perdeu terreno e que se pensa em mudanças? Vamos acompanhar isso com muita atenção.

O senador apontou, entre outros erros do governo, o autoritarismo, o "aparelhamento do



O presidente Lula, segundo Virgílio, comprovou que "a imprensa não morde"

Estado com os petistas", o desmonte da máquina administrativa, a pesada carga tributária, o excesso de medidas provisórias e a ojeriza em relação a investigações como nos casos Santo André e Waldomiro Diniz.

José Jorge: governo vive de falso marketing

O senador José Jorge (PFL-PE) rebateu a declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que o comodismo da sociedade é responsável pelos sucessivos aumentos da taxa de juros.

– O Brasil de Lula é outro. É um Brasil que anda de aviões modernos, participa de banquetes com poderosos, onde a bajulação é a regra – analisou José Jorge.

Segundo o senador, o governo "vive de falso marketing" para encobrir promessas eleitorais.

Delcídio faz balanço sobre Minas e Energia

O líder do PT no Senado, Delcídio Amaral (MS), fez um balanço das principais realizações do Ministério de Minas e Energia no atual governo, entre as quais o aumento da capacidade de geração de energia do país em 8.307 megawatts entre 2003 e 2004, o que foi possível com a entrada em operação ou a ampliação de 86 empreendimentos. O senador anunciou mais 12 empreendimentos para este ano, capazes de gerar quase 3 mil megawatts.

Crivella pede política de pleno emprego

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) defendeu a adoção de uma política de pleno emprego no Brasil, com a redução dos juros, o controle do fluxo de capitais de curto prazo e do câmbio. O parlamentar afirmou que a política de estrangulamento do setor público para tornar o país atraente ao capital estrangeiro resultou, entre outros problemas, na grave crise por que passam as Forças Armadas. Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que os militares "estão sendo mal pagos".

Mão Santa critica juros e carga tributária

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou o governo Luiz Inácio Lula da Silva pelo que considera uma política econômica equivocada, com juros altos e excessiva carga tributária.

Segundo ele, os impostos asfixiam as empresas e inibem o crescimento econômico. Os juros, por sua vez, constituem a "escravidão moderna", por amarrarem os cidadãos ao sistema de crédito ao consumidor, obrigando-os a entregar às financeiras bem mais que o valor dos produtos adquiridos.

PLENÁRIO



Tião Viana: especialistas ajudaram o governo a definir funcionamento do novo órgão

Tião anuncia projeto que cria Conselho de Bioética

O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou na segunda-feira que o governo vai encaminhar ao Congresso Nacional o projeto de lei que regulamenta o Conselho Nacional de Bioética. O órgão vai assessorar a Presidência da República em questões éticas e dilemas morais relacionados às ciências da vida, da saúde e do meio ambiente.

Segundo Tião Viana, a elaboração da proposta dá seqüência à aprovação da Lei de Biossegurança, que trata das pesquisas genéticas com células-tronco e com organismos geneticamente modificados, os transgênicos. A criação do conselho justifica-se em razão das polêmicas geradas por temas como a clonagem.

Pelo anteprojeto, o conselho será formado por 21 pessoas de diversas áreas, com garantia de diversidade de gênero e de etnia, nomeadas pela sociedade civil e pelo poder público. O órgão não terá personalidade jurídica, mas terá orçamento próprio.

– É recomendável que o conselho reflita a composição laica do Estado brasileiro – disse Tião.

O conselho apenas emitirá pareceres. Cabe à Comissão Nacional de Bioética, que já está em funcionamento, deliberar e normatizar o assunto.

Mozarildo quer sustar demarcação de reserva

Ao criticar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de manter a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou projeto de decreto legislativo para sustar a demarcação da reserva. Segundo o senador, o STF baseou-se em informações incorretas fornecidas pelo Ministério da Justiça.

A reserva, de 1,7 milhão de hectares, pertence agora aos grupos indígenas ingaricó, macuxi, taurepang, wapixana e patamona. No prazo de um ano, os colonos que vivem na região deverão ser transferidos.

Moradores e fazendeiros locais contestaram judicialmente a Portaria 820 do Ministério da Justiça, que criou a reserva, mas o STF alegou que não poderia

julgar as ações, já que a Portaria 534 alterou a anterior.

Conforme o senador, a criação da reserva contraria recomendações do Senado, da Câmara e da Justiça de Roraima.

– A decisão não leva em conta nem a opinião dos índios, que, em sua maioria, se opõem à demarcação da reserva – afirmou Mozarildo.

O senador acusou a Polícia Federal (PF) de intimidar cidadãos que passam pela estrada que liga Boa Vista a Pacaraima, na fronteira com a Venezuela.

Na sexta-feira, Mozarildo anunciou que comissão externa



Mozarildo Cavalcanti viajou a Roraima para verificar situação na área demarcada

de senadores viajaria ao local naquele dia, para evitar que a PF realizasse operação para libertar quatro policiais reféns dos índios macuxis na região.

– Vamos dialogar com os índios e encontrar saída pacífica para o problema – assinalou.

Augusto: só minoria indígena foi ouvida

Na opinião do senador Augusto Botelho (PDT-RR), a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol ocorreu de modo unilateral, sem que fossem respeitados os direitos dos trabalhadores da área. Ele advertiu que o processo poderá deixar 5 mil pessoas sem emprego.

Augusto leu a nota da coluna Parábola, do jornal *Folha de Boa Vista* de quinta-feira. O texto acusa o presidente Luiz Inácio Lula da Silva de ignorar as posições do Congresso Nacional e do Poder Judiciário sobre a questão, “agredindo o bom senso, o interesse nacional, a vontade de

milhares de índios e prejudicando o futuro de Roraima”.

De acordo com o jornal, o governo Lula avaliou mal a situação da reserva, desconsiderou a capacidade de reação da população insatisfeita com a demarcação e orientou suas ações ouvindo apenas a minoria indígena.

Papaléo apóia Corredor da Biodiversidade

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) aplaudiu na segunda-feira a perspectiva de assinatura, entre o Ministério do Meio Ambiente e o governo do Amapá, de acordo para implementar o Corredor da Biodiversidade no estado.

O corredor interligaria 12 unidades de conservação ambiental, como o Parque Nacional do Tumucumaque e seu entorno, abrangendo terras indígenas, mangues, cerrados, florestas e

terras alagadas, totalizando cerca de 65% do território do Amapá. O corredor pode destinar matéria-prima à bioindústria e promover o ecoturismo na região.

– Trata-se de possibilidade concreta de desenvolvimento econômico numa região carente de investimento. Por trás disso está a idéia de que a conservação da natureza só fortalece o capital social do país – ressaltou.

Papaléo informou que um gru-

po de trabalho estuda o plano de implementação e gestão das unidades de conservação e uma ONG formula ações de manejo sustentável dos recursos naturais.

O senador João Capiberibe (PSB-AP) manifestou preocupação com o desmatamento para a produção de soja, carvão vegetal e ferro-gusa na região. O senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu responsabilidade na exploração das riquezas naturais.

Suassuna propõe projeto piloto no semi-árido

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apoiou na quinta-feira a implantação de projeto piloto para o beneficiamento da mamona para a produção do biodiesel no semi-árido paraibano. Por meio de cooperativas de pequenos produtores, o projeto integraria o Programa do Biodiesel. Segundo o senador, o projeto, com investimento inicial de R\$ 750 mil, pode gerar milhares de empregos.

Jonas Pinheiro destaca vitórias do agronegócio

Jonas Pinheiro (PFL-MT) informou na quinta-feira que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, concordou em liberar recursos para defesa sanitária. O objetivo é proteger plantações e rebanhos a fim de garantir a comercialização dos produtos, principalmente no mercado internacional. Sem isso, as exportações ficam ameaçadas. O ministro também aceitou a contratação de novos técnicos para fiscalizar frigoríficos.

Bornhausen quer maior defesa de contribuintes

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) pediu na segunda-feira a aprovação do Projeto de Lei Complementar 646/99, de sua autoria, que “estabelece a justiça fiscal e o equilíbrio entre o fisco e o contribuinte”. Segundo Bornhausen, Minas Gerais e São Paulo já têm leis “que buscam proteger os cidadãos dos abusos tributários do poder público”. Os EUA, disse, têm legislação semelhante desde 1986.

Presidência



O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse na quinta-feira que não concorda com a proposta do presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, de transferir a responsabilidade de definir a taxa de juros do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) para o Congresso Nacional.

– Pode-se aumentar o número de integrantes do Copom, com pessoas dos setores produtivos, mas substituir o Copom pelo Congresso, não – afirmou, observando, no entanto, que a maioria dos membros do Copom deve continuar a ser do Banco Central.

Ele defendeu o envolvimento do Congresso no debate, mas condenou a politização do assunto. Na sua opinião, transferir a responsabilidade descredenciaria o Brasil e poderia elevar ainda mais a taxa de juros.

Curtas

EMPRESAS - Renan recebeu na manhã da quinta-feira o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro (PTB-PE), com quem falou sobre projetos para racionalizar a regulação da economia. Entre os temas estava a criação do “Super Simples” para pequenas e microempresas.

DIA DO PARLAMENTO

– O Parlamento deve se aperfeiçoar para não envelhecer. A declaração foi feita na terça-feira pelo presidente do Senado, em alusão à data de 3 de maio, quando se comemora o Dia do Parlamento.

– Devemos trabalhar para sintonizar o Parlamento com a população, com a sociedade – disse.

Renan cobra mais recursos públicos para Agricultura

Renan Calheiros prometeu na terça-feira que vai trabalhar para que o Ministério da Agricultura não sofra grandes contingenciamentos orçamentários e para que os fiscais agropecuários tenham remunerações compatíveis de carreira exclusiva de Estado. A informação foi dada pelo presidente da Associação Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários, Luiz Fernando Carvalho, após encontro com Renan.

– Os recursos do Ministério da Agricultura foram contingenciados na ordem de 80%. Os recursos da febre aftosa eram de R\$ 160 milhões e ficaram em R\$ 35 milhões. No entender da categoria, a carreira de fiscal federal agropecuário está muito defasada e precisa ser reestruturada.

– Trabalhamos lado a lado com a polícia e a Receita Federal em fronteiras e portos. Nos sentimos humilhados ao lado de profissionais que, no início de carreira, ganham R\$ 3 mil a mais – afirmou.

PLENÁRIO

Lobão cobra recursos da Cide para rodovias

O senador Edison Lobão (PFL-MA) manifestou sua esperança de que os recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) venham a ser aplicados efetivamente na conservação das rodovias federais – objetivo para o qual foi criado o tributo. O parlamentar chamou a atenção para o péssimo estado das estradas.

Levantamento da Confederação Nacional dos Transportes mostra que o setor teve uma queda de 50% em investimentos, em três décadas.

Segundo Lobão, o governo realizará licitação para os oito trechos mais valorizados do Programa de Concessão de Rodovias, num total de 3.059 quilômetros.

Hélio Costa pede recuperação das estradas de Minas

Após fazer um relato sobre a precariedade das estradas federais em Minas Gerais, Hélio Costa (PMDB-MG) apelou pela liberação de verbas da União para recuperação da malha rodoviária. Ele cobrou a aplicação de recursos da Cide e informou que os buracos nas estradas geram prejuízos anuais de R\$ 6 bilhões. – Meu apelo é para que o problema seja tratado com carinho pela equipe econômica – assinalou.

Garibaldi critica exclusão do RN da Transnordestina

O estado do Rio Grande do Norte está correndo o risco de ser excluído do traçado da Ferrovia Transnordestina, idealizada no governo José Sarney e que tem por objetivo dinamizar a economia da região. A advertência foi feita pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), que solicitou ao governo empenho para que o consórcio privado responsável pela obra se paute também pelo interesse público e não apenas pelo lucro.

Raupp defende gasoduto em Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) voltou a defender a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. Ele destacou que, além de gerar emprego e renda, a iniciativa evitará a queima diária de 1,5 milhão de litros de óleo diesel pela usina termelétrica de Porto Velho. Raupp salientou que a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, e o presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, manifestaram apoio ao projeto.

Paim quer política de recuperação do mínimo

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu a rápida instauração da comissão mista encarregada de definir a política permanente de reajustes para o salário mínimo. O Senado já designou seus representantes, mas a Câmara ainda não o fez, o que impede a comissão de funcionar. Paim elogiou o presidente da Casa, Severino Cavalcanti, por ter solicitado aos líderes da Câmara que indiquem os membros do colegiado.

Em referência ao Dia do Trabalhador Doméstico, comemorado na última quarta-feira, o senador lembrou o quadro de desproteção vivido por essa categoria, que, a seu ver, herdou o estigma da escravidão. Paim lembrou que até hoje não foi aprovado em definitivo o projeto de lei de autoria da então senadora Benedita da Silva, que estende aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos demais servidores, com algumas exceções.

Aprovada em 1989 pela Câmara, a matéria veio ao Senado, onde

foi emendada, tendo de voltar à Casa de origem. O projeto encontra-se ali em regime de urgência, sem, no entanto, ser incluído na pauta de votações.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) apoiou o discurso do colega, que também se referiu ao Dia da Liberdade, data nacional da África do Sul, comemorado igualmente em 27 de abril, e à decisão da Rússia de suspender o embargo à carne bovina brasileira.

Senador propõe aumento maior do mínimo

Paim anunciou que apresentará emendas à Medida Provisória 248/05 que reajusta o salário mínimo para R\$ 300. O objetivo é conceder todo ano, além da inflação dos últimos 12 meses, o dobro do percentual de crescimento do Produto Interno Bruto



Paim também defende projeto que amplia direitos dos trabalhadores domésticos

(PIB) verificado no ano anterior. O governo está concedendo a inflação mais o PIB *per capita* – que é menor, pois desconta o crescimento populacional.

Outra emenda do senador pretende estender aos aposentados do INSS o mesmo percentual dado ao salário mínimo.

Paim destacou ainda o movimento gaúcho pela federalização da Universidade da Região da Campanha.

Sibá: PT mantém compromisso de recuperar salário dos trabalhadores

Em nome da liderança do Partido dos Trabalhadores no Senado, Sibá Machado (AC) disse que o novo salário mínimo, de R\$ 300, mesmo não sendo ainda o ideal, reafirma o compromisso histórico do partido com a recuperação do poder de compra do trabalhador.



Sibá Machado

O senador citou dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) segundo os quais o aumento deverá injetar R\$ 13,3 bilhões na economia e ampliar

a arrecadação tributária em mais de R\$ 3 bilhões. Ao mesmo tempo, observou, a medida implicará gasto adicional de R\$ 5,2 bilhões para a Previdência Social este ano. Ele lembrou a Previdência e o orçamento das prefeituras foram os entraves para um reajuste maior do mínimo nos últimos anos.

Sibá também elogiou o presidente da República por manter os critérios estabelecidos durante a discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) com o

Congresso, no ano passado, no sentido de garantir a recomposição do salário mínimo. Segundo Sibá, o governo pretende seguir os mesmos critérios na LDO em 2006, acrescentando que a ideia de atrelar o crescimento do mínimo ao aumento do PIB é uma garantia de que o trabalhador terá aumento real à medida que o país cresça.

O senador destacou a importância do planejamento, permitindo que hoje, às vésperas da votação do novo valor, pouco se fale sobre o assunto. Ele lembrou que em outras ocasiões o Congresso estaria tomado pelos debates em torno do reajuste.

Suplicy lembra vítimas de acidentes de trabalho

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) prestou uma homenagem às vítimas de acidentes e doenças de trabalho. Ele lembrou que, no dia 28 de abril de 1969, uma explosão na mina de Farmington, no estado de West Virgínia, Estados Unidos, matou 28 trabalhadores. Desde então, a data passou a ser lembrada pela classe trabalhadora como um dia de clamor por condições seguras no exercício de suas funções. Em 2000, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) determinou que o 28 de abril ficaria marcado como Dia Internacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho.

Suplicy considera a questão dos acidentes e das doenças de trabalho um tema de ordem política e social, que deve ser trazido ao debate nacional. Ele frisou que o maior ativo de uma organização é a capacidade de trabalho de seus funcionários.

O senador também informou o envio de ofício ao ministro da Cultura, Gilberto Gil, solicitando a reconstrução de biblioteca na aldeia indígena Barra Velha, em Porto Seguro (BA), desativada devido a um incêndio. Rodolpho Tourinho (PFL-BA) agradeceu a atenção, em nome dos senadores baianos.

Zambiasi faz homenagem ao trabalhador doméstico

A passagem do Dia do Trabalhador Doméstico, comemorado no dia 27 de abril, foi destacada pelo senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) como uma data importante para o avanço da cidadania no país. O senador expressou reconhecimento e respeito pela categoria, mas assinalou o caminho que ainda falta ser trilhado para a conquista de mais direitos trabalhistas e dignidade no exercício profissional.

Zambiasi comentou alguns dos 88 projetos sobre o trabalhador doméstico que tramitam no Congresso. Destacou, por exemplo, proposta de sua autoria que torna obrigatória a inclusão do empregado doméstico no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e projeto de Paulo Paim (PT-RS) que reduz a jornada de trabalho.

De acordo com pesquisa citada por Zambiasi, dos seis milhões de trabalhadores domésticos no país, quatro milhões recebem apenas um salário mínimo por mês e apenas 25% têm carteira profissional assinada.

César Borges reclama verbas para regiões pobres

O senador César Borges (PFL-BA) defendeu a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto que destina 35% dos recursos do BNDES às regiões mais pobres do país. O projeto (PLS 2.812/03), já aprovado no Senado, foi enviado ao relator na Câmara, Zezéu Ribeiro (PT-BA), em junho de 2004, mas “até hoje o deputado não apresentou parecer”, observou César Borges. O senador avalia que o deputado estaria protelando a entrega do parecer por orientação do governo federal.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que “apenas adaptou” o projeto, do então senador Beni Veras, que recebeu substitutivo de Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Flexa Ribeiro divulga metas para o setor industrial

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) entregou à Mesa do Senado o Mapa Estratégico da Indústria 2007/2015, com as principais metas do setor em termos de crescimento e modernização. Conforme explicou, durante seis meses, dezenas de entidades empresariais do país trabalharam de modo compartilhado no projeto, que poderá ser executado independentemente de “mudanças de governos”.

Motta protesta contra decisão do Cade sobre a Garoto

Em pronunciamento da tribuna, o senador João Batista Motta (PMDB-ES) protestou contra a decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de obrigar a Nestlé a vender a fábrica de chocolates Garoto, em Vila Velha (ES). O senador acredita que a decisão, tomada dois anos e meio após o negócio consumado, foi feita “de maneira criminosa, errada e sem obedecer a nenhum preceito legal”.

Maciel pede mais magistrados para tribunal regional

Ao elogiar a atuação da desembargadora Margarida Cantarelli à frente do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, com sede em Recife, o senador Marco Maciel (PFL-PE) reivindicou aumento no número de magistrados daquele tribunal.

– O TRF da 5ª Região dispõe de apenas 15 magistrados. Pelas realizações do tribunal, seriam necessários pelo menos 43 desembargadores federais – afirmou.

PLENÁRIO



Os 20 anos de criação do Ministério da Reforma Agrária foram lembrados por José Sarney

Sarney: propriedade deve servir à justiça social

O senador José Sarney (PMDB-AP) ocupou a tribuna na sexta-feira para alertar que a propriedade privada não deve ser usada contra os interesses da sociedade brasileira, mas sim em benefício da justiça social. Para ele, o conceito moderno de propriedade se compatibiliza com a paz social, a fim de que o país possa crescer e prosperar de forma harmônica.

Sarney fez o comentário ao lembrar os 20 anos de criação do Ministério da Reforma Agrária, criado durante o primeiro ano de seu governo, em 1985, em substituição ao então Ministério

de Assuntos Fundiários. A mudança do nome, observou, visou caracterizar que a reforma agrária na sua gestão passaria a ser encarada como preocupação fundamental do Estado.

O senador reconheceu, entretanto, que ao longo do seu governo os problemas relacionados à questão fundiária, considerados por ele como graves, não foram resolvidos na sua totalidade. No entanto, fez questão de deixar claro que no período foram lançadas sementes para a concretização de uma reforma agrária "justa, igualitária e com paz social".

Entre as metas básicas anunciadas

há 20 anos, José Sarney destacou a definição de áreas prioritárias para fins de reforma agrária; a reforma do aparato jurídico para a questão fundiária; o fortalecimento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o envolvimento de movimentos sociais na política de reforma agrária.

Na opinião do senador, a reforma agrária não envolve apenas a doação de terra ao trabalhador. A seu ver, é necessária a adoção de um conjunto de políticas, incluindo a concessão de tecnologia ao homem do campo, o que torna a produção competitiva.

Patrícia lembra Dia Nacional da Mulher

O Dia Nacional da Mulher, comemorado em 30 de abril, foi lembrado pelas senadoras Patrícia Saboya (PPS-CE) e Serys Shlessarenko (PT-MT). De acordo com Patrícia, a data é uma oportunidade para refletir sobre a construção de um país melhor para todos, independente de gênero, raça, etnia, classe social ou religião. Serys lembrou a importância da data na luta contra a situação de opressão e injustiça em que vivem as mulheres.

Entre as grandes questões abordadas por Patrícia Saboya destaca-se a violência que envolve tanto mulheres adultas quanto meninas e meninos.

– Temos a obrigação de lutar para melhorar as políticas públicas, para aprimorar os mecanismos de repressão aos criminosos e para garantir

maior aporte de recursos aos programas destinados às mulheres, às crianças e aos adolescentes – afirmou.

Outro ponto que merece atenção, disse Patrícia, é a gravidez na adolescência, responsável por grande parte da evasão escolar. O problema da mortalidade materna também foi apontado pela senadora. Para solucioná-lo, afirmou, é preciso melhorar o atendimento no pré-natal, no parto e no pós-parto, reduzindo também o número de cesarianas.



País deve assumir postura firme no combate à violência doméstica, defende Patrícia

– Está na hora de o Brasil assumir uma postura firme no combate a questões como a violência doméstica, a mortalidade materna e a gravidez na adolescência, dentre tantas outras. E o en-

frentamento de tais desafios não pode ser encarado apenas como "coisa de mulher". A busca por um país mais justo deve ser uma bandeira de todos: mulheres e homens, mães e pais, trabalhadoras e trabalhadores, políticas e políticos – frisou.

Serys homenageia as heroínas anônimas

Na opinião de Serys Shlessarenko, a data é um momento para aprofundar a discussão dos problemas que afligem as mulheres brasileiras, e, ao mesmo tempo, de reverenciar a memória daquelas que sempre lutaram pela dignidade da condição feminina e pela igualdade de direitos entre os sexos.

A senadora afirmou que há muitas mulheres que merecem ser homenageadas por terem se destacado em alguma atividade ou contribuído para a história brasileira. Ela observou, no entanto, que é preciso lembrar também das heroínas anônimas do povo.

– Não podemos deixar de

ressaltar o esquecimento a que foram relegadas tantas heroínas anônimas do nosso povo, que enfrentam sofrimentos indizíveis causados pelas cruéis engrenagens sociais, que as prejudicam por sua dupla condição de mulheres e de pobres, quando não escravas – ressaltou a parlamentar.

Paim quer ampliar acesso dos jovens ao ensino técnico

O senador Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com a situação de milhões de jovens que não têm acesso às universidades, ao ensino técnico profissionalizante e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho, por falta de qualificação profissional. Para ele, a educação profissional tem que ser adaptada às demandas de um mercado de trabalho cada vez mais globalizado.

O parlamentar lembrou que é coordenador, no Senado, da Frente Parlamentar do Ensino Profissionalizante e autor do projeto que cria o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação (Fundep). Para ele, é preciso implementar uma rede nacional de escolas de ensino profissionalizante público e gratuito em todos os municípios brasileiros.

Paim também parabenizou o presidente Lula e a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, pela criação do programa Luz para Todos.

Proposta de Flexa Ribeiro prevê recuperação florestal

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa projeto de lei do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) que altera o Código Florestal. A proposição (PLS 110/05) fixa normas que permitem a reposição florestal e a recomposição da reserva legal com o plantio de palmáceas em áreas alteradas, ou seja, onde não mais existe a vegetação original.

Flexa Ribeiro afirma que o Censo Agropecuário do IBGE de 1996 indica que 20% das áreas de floresta e cerrado convertidas para uso agrícola na Amazônia estão abandonadas, especialmente no chamado "arco de desflorestamento".

Sem a reposição da cobertura vegetal, diz o senador, as áreas ficam sujeitas a erosão. "A perda do solo, o assoreamento dos cursos d'água e o empobrecimento genético podem até levar à extinção de espécies que nem sequer chegaram a ser descritas", ressaltou Flexa Ribeiro.

Cristovam propõe incentivo a educação nos estados

O senador Cristovam Buarque (PT-DF) anunciou na sexta-feira a apresentação de projeto de lei complementar para permitir que a União renuncie à parte do serviço das dívidas públicas estaduais, desde que os estados utilizem esses recursos na educação. Se o governo federal defende a troca da dívida externa por investimentos em educação, sustentou o senador, deve dar exemplo com a dívida interna.

Ex-ministro da Educação, o senador lembrou que o governo espanhol perdeu US\$ 68 milhões de dívidas da Argentina para que o país usasse os recursos em educação. O exemplo, disse, repercutirá no mundo inteiro.

A decisão do ministro da Educação, Tarso Genro, de defender a troca da dívida externa brasileira por investimentos na

educação foi elogiada por Cristovam. Se a América Latina deixar de pagar 3% da dívida, poderá colocar todas as crianças que trabalham na escola, calculou o senador.

Segundo ele, o cancelamento de dívidas públicas com a contrapartida de ações de resgate da dívida social nos países mais pobres é comum nos países avançados. Na Alemanha, informou, esse caminho foi adotado em 1999, e que a União Européia e o Japão formulam políticas similares.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) manifestaram apoio ao projeto.

Cristovam criticou ainda a municipalização do ensino fundamental. "Assim, as crianças dos municípios pobres não terão boa escola", afirmou.

Conversão de dívida pode melhorar ensino, diz Ideli

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu, na quinta-feira, a conversão da dívida externa em investimentos em educação e a aprovação rápida do projeto que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, o Fundeb. Esses temas foram tratados em encontro, na quarta-feira, entre representantes da

apoio de Tarso Genro – é o eixo central de atuação da CNTE.

Ela também citou a transformação, pela Espanha, de parte da dívida externa da Argentina em investimentos em educação. A senadora afirmou que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) realizará evento em novembro para tratar dessa questão.

O projeto que cria o Fundeb está em fase final de discussão no governo, que se comprometeu a enviá-lo ao Congresso ainda este ano. A senadora disse que conversou com o presidente da Comissão de Educação do Senado, Hélio Costa (PMDB-MG), para que o projeto tramite paralelamente na Câmara e no Senado.

Ideli ressaltou a necessidade de o Fundeb dispor de recursos significativos, já que estados e municípios são responsáveis por 95% da educação básica.

Experiência argentina serve como exemplo para o Brasil, afirma senadora

Voz do Leitor

TELEFONIA MÓVEL

“Estou sentindo desconforto com a implementação de estações radiobase para telefonia móvel na minha cidade e na região. Essa verdadeira invasão, além de trazer enormes preocupações quanto aos possíveis efeitos nocivos à saúde provocados pela radiação eletromagnética proveniente das estações, causa deterioração paisagística e desvalorização de imóveis vizinhos aos locais onde as torres são implantadas. O Brasil carece de legislação ambiental federal que regule adequadamente esse polêmico e importante tema.”

Osmar Martins Cerioni, de Jarinu (SP)

ATENDIMENTO MÉDICO

“Senador Antonio Carlos Magalhães, gostaria que fosse feita alguma coisa para melhorar o atendimento médico nos hospitais de Ilhéus.”

Pedro Roberto Café, de Ilhéus (BA)

APOSENTADORIA

“Senador Paulo Paim, sou aposentado e me indigno com as injustiças feitas contra nós. Precisamos de reajustes. Tenho 86 anos de idade, sempre paguei ao INSS, ganhava dez salários mínimos e hoje recebo apenas o correspondente a cinco.”

Domingos Maringelli, de São Paulo (SP)

PROUNI

“Sugiro que se apresente um projeto de lei que vise beneficiar os participantes do Programa Universidade para Todos (ProUni), do

Ministério da Educação, para que, além das bolsas de estudo em instituições privadas de ensino superior, os estudantes recebam ajuda financeira.”

Evandro Barbosa dos Santos, de Ipiatu (BA)

SECA

“Senador Alvaro Dias, peço que intervenha junto ao Ministério da Saúde para garantir que sejam enviados medicamentos gratuitos de emergência ao Sul do país, pois os produtores estão sofrendo com a seca e não têm condições de pagar por eles. Também peço que interceda junto aos bancos pelo perdão das dívidas desses agricultores.”

José Altamiro de Oliveira, de Imbituva (PR)

VAGAS EM CRECHES

“Senadora Heloísa Helena, sugiro, como forma de se cumprir a PEC 40/00, que, quando não houver vagas suficientes nas creches e pré-escolas públicas, seja garantida a matrícula nas particulares, com as mensalidades pagas pelo governo. Essa seria uma solução prática e imediata para as mães brasileiras que tentam matricular seus filhos em creches públicas e ouvem que não há vaga e que a criança aguardará na lista de espera. Se não previr essa alternativa, a PEC estará apenas repetindo o que já determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 54, inciso IV, e que hoje só é cumprido quando nós, dos conselhos tutelares, garantimos esse direito representando o poder público no Ministério Público.”

Marcelo Príncipe, de São Paulo (SP)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília - DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

LEI DE TRANSPARÊNCIA

José Elivan Monteiro, de Amapá (AP)

“Senador João Capiberibe, qual a vantagem que a Lei de Transparência, de autoria de vossa excelência, pode trazer para o cidadão brasileiro?”

O senador João Capiberibe (PSB-AP) responde:



Caro José Elivan, o Projeto Transparência procura garantir o acesso de todos os cidadãos às receitas e despesas públicas, sejam elas do Poder Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, em todas as esferas – federal, estadual e municipal. É um antídoto à corrupção e uma questão de cidadania.

O projeto determina que sejam colocadas na Internet, em tempo real, as informações básicas sobre tudo o que entra e tudo o que sai dos cofres públicos. Basta clicar e se têm os dados básicos de empenhos – qual o bem ou serviço comprado, quantas unidades, quem recebeu o dinheiro, se houve licitação – e os valores pagos. O mesmo vale para as receitas, ou seja, para o que é arrecadado. Com isso, passaríamos a saber como e onde é aplicada a receita e lutaríamos para influenciarmos, de maneira mais eficaz, essa aplicação.

Imaginemos as contas de uma prefeitura na Internet. No link da Secretaria de Saúde existe uma compra de medicamentos para tratamento de pessoas com hipertensão. Você vai ao posto de saúde e não encontra o remédio. Alguma coisa está errada. Se o remédio foi comprado, deveria estar nos postos ou nos hospitais. Com essa fiscalização, a sociedade poderá cobrar mais efetivamente do governo. Certamente todos ganharemos. Ganhará o Estado, com o aumento de sua eficiência em função da previsível redução da corrupção e do desperdício, e ganharão os cidadãos, que terão como orientar a ação estatal em função de suas reais necessidades, pois vão passar a receber serviços de melhor qualidade.

IMPOSTO DE RENDA

Marinaldo Oliveira dos Reis, de Sorocaba (SP)

“Senador Arthur Virgílio, sustento uma esposa e três filhos, com uma renda familiar anual de pouco mais de 20 mil reais, incluindo 13º e férias. Ao declarar o Imposto de Renda, tive a notícia de que ainda terei de pagar R\$ 32,20. O senhor acha justo uma família viver com tal renda? Haverá correção na tabela do Imposto de Renda para pessoas físicas?”

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) responde:



Prezado Marinaldo, a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física foi corrigida em 10% por medida provisória já aprovada pela Câmara dos Deputados, e que será votada pelo Senado nesta terça-feira, dia 3 de maio. O PSDB votará a favor, embora preferisse percentual maior, mais condizente com as taxas de inflação.

Quanto à primeira pergunta, só posso dizer que acho injusto. Essa é a triste realidade vivida pelo país. Por isso, lutamos para que o Brasil se desenvolva, criando mais empregos e aumentando, em consequência, a renda dos trabalhadores.

Frases

“Usaram dinheiro do fundo da pobreza para pagar até encontro gay”

Antonio Carlos Magalhães, que acusou o governo de ter utilizado dinheiro do Fundo de Combate à Fome para patrocinar evento promovido por homossexuais.

“Se o presidente se levantasse da cadeira, perceberia que as taxas de juros cobradas pelos diversos bancos são praticamente as mesmas”

César Borges, criticando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela declaração de que o povo “não levanta o traseiro da cadeira” para procurar juros mais baixos nos bancos.

“O povo brasileiro vai levantar o traseiro da cadeira em outubro de 2006, para livrar-se da enganação construída pelo marketing político em que se transformou o governo”

José Jorge, rebatendo declaração do presidente Lula de que o comodismo da sociedade é responsável pelos sucessivos aumentos da taxa de juros.

“Ninguém quer calar a oposição, principalmente em um Plenário como este. O país vive ampla liberdade de manifestação. Mas ataque dessa natureza não é um bom caminho para a política”

Aloizio Mercadante, sobre críticas do senador Arthur Virgílio ao ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu.

“O processo de colonização do Brasil foi genocida, tanto que restaram no país apenas 300 mil índios”

João Capiberibe, para quem está na hora de reconhecer que o Estado errou invadindo terras indígenas.

“Só com essas três medidas eu poderia andar nas ruas de cabeça erguida e com orgulho de ser senador”

Jefferson Péres, propondo a aprovação do orçamento impositivo, a limitação do uso de MPs e o corte radical de comissionados para o serviço público.

“As gerações mais jovens cresceram desprovidas de utopias, e seus projetos de vida não ultrapassam desejos de consumo”

Pedro Simon, sobre o avanço das tendências culturais que estariam ameaçando o patrimônio ético da civilização.

Foto da Semana

Mais de 700 lideranças, representando 89 povos indígenas de todo o país, participaram do acampamento Terra Livre, realizado na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, de 25 a 29 de abril. A mobilização, organizada pelo Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas, teve como principais reivindicações a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista e a imediata demarcação de 14 terras indígenas



ANTONIO CRUZ/ABR

TV Senado recebe prêmio da CNBB

O programa *Inclusão*, com trabalho sobre o tema "População de Rua", produzido pela jornalista da TV Senado Solange Calmon, foi escolhido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para receber o Prêmio Clara de Assis para a Televisão, na categoria documentário. Solange receberá o troféu no próximo dia 11 de maio, às 20h, na sede da Rede Vida, em Brasília. A cerimônia será transmitida ao vivo pela emissora católica.

Exibido quinzenalmente, aos sábados e domingos, às 11h30 e 9h, respectivamente, o programa tem duração de 30 minutos. O *Inclusão* procura dar espaço à população marginalizada, como as

personas portadoras de necessidades especiais ou com transtornos mentais, as populações de rua e carcerária ou os idosos.

- A TV Senado ampliou esse canal de comunicação. Nós resolvemos gravar lá fora, em vez de mostrar só senadores ou pessoas que normalmente participam de entrevistas para falar dos problemas em discussão - explica Solange.

O programa premiado é o terceiro da série e mostra a situação de pessoas que vivem em lixões, debaixo de pontes e em albergues. A jornalista fez um contraste entre a realidade de moradores do Lago Sul, considerados os mais privilegiados da capital do país, e os ocupantes

de uma área de invasão localizada atrás do Senado Federal, onde cerca de 25 crianças viviam em condições miseráveis, no meio de ratos e moscas.

- A idéia da série é mobilizar não só governo e autoridades, mas principalmente a sociedade, porque acho que, no Brasil, nós somos muito solidários. A gente tem essa atitude meio altruísta, mas acho que falta exatamente isso: mostrar essa realidade para as pessoas - acrescentou a jornalista.

Solange Calmon informou que o próximo tema, a ser exibido em maio, é sobre internos



CÉLIO AZEVEDO

A produtora premiada, Solange Calmon, diz que brasileiro é altruísta e só precisa conhecer a realidade

que vivem em condições precárias em manicômios, e que o governo está transferindo para casas com capacidade de até sete pessoas.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 9h - Prosa e Verso
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 13h45 - Jornal do Senado
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

MUNICÍPIOS



Vereadores da Paraíba conheceram o amplo leque de aplicações do programa Interlegis

Seminário reúne 700 vereadores da Paraíba em jornada técnica

Mais de 700 vereadores paraibanos se reuniram no V Seminário Regional do Interlegis, para conhecer como as ferramentas tecnológicas podem contribuir para o melhor exercício de seus mandatos. Durante dois dias (28 e 29), eles puderam conhecer quais instrumentos são oferecidos pelo programa Interlegis – uma parceria do Senado com

o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – para a modernização das câmaras legislativas. Na abertura dos trabalhos, que foram realizados em Campina Grande e João Pessoa (PB), o 1º secretário do Senado, Efraim Morais (PFL-PB), ressaltou a importância do domínio de novas tecnologias e disse que as câmaras podem funcionar como porta de acesso da população ao mundo dos computadores. Durante o evento, a experiência do Senado na capacitação de servidores tornou-se disponível para os parlamentares da região, por meio da assinatura de dois convênios firmados entre o Ins-

tituto Legislativo Brasileiro (ILB), representado pelo diretor Florian Madruga, e as câmaras de Campina Grande e João Pessoa.

O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, forneceu aos participantes informações sobre sua experiência de 28 anos na organização das atividades do legislativo. Os vereadores também participaram das palestras "Marketing Político", realizada pela diretora de Planejamento e Modernização Administrativa do Senado, Elga Mara Teixeira Lopes; e "O Papel do Vereador", pelo professor da Escola do Legislativo de Minas Gerais Luís Carlos Moreira de Carvalho.

A abertura dos trabalhos, que foram organizados por Márcio Sampaio, diretor do Interlegis, contou com a presença do ex-senador Ronaldo Cunha Lima; do representante do BID, o boliviano José Navia; do presidente da Assembléia Legislativa da Paraíba, Rômulo Gouveia, e do presidente da Câmara Municipal de Campina Grande, Rodrigues Veiga.

Sociedade também deve participar

O responsável pelo Interlegis, senador Efraim Morais (PFL-PB), explicou que o programa é um incentivo para que cada cidade participante amplie seus domínios tecnológicos. Mas ressaltou que é preciso alcançar um patamar em que a sociedade local se organize para garantir acesso às novas informações tecnológicas.

– A iniciativa mostra como o Legislativo deseja estar próximo da população e acredito que a sociedade deva ser convocada para garantir mais essa forma de acesso ao poder público – disse.

Ele anunciou uma nova etapa do programa, o Interlegis II, que, junto com o BID, vai contar com um orçamento de US\$ 100 milhões para a modernização dos parlamentos. O diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, disse que o programa significa a abertura de uma janela para o mundo ao levar, aos municípios mais distantes, o acesso à Internet. E destacou que o Senado é hoje um dos Parlamentos mais informatizados do mundo e precisa oferecer essa experiência a outras esferas. O representante do BID, José Navia, manifestou satisfação por atuar num projeto que pode garantir maior transparência ao poder público.

A sua cidade já integra o Interlegis?

O programa consiste na oferta de intercâmbio de informações sobre tecnologia e iniciativas legislativas. Esse processo é viabilizado pela Internet, por meio de computador, impressora e *modem*. O equipamento é doado pelo Senado, acompanhado de consultoria sobre sua utilização.

O vereador Ramilton Camilo Diniz, de Alagoa Nova, situada a 148 km de João Pessoa (PB), contou que a câmara da sua cidade aderiu ao programa há quatro anos, experiência que abriu caminho para a modernização dos seus trabalhos. Leonam Quirino, funcionário da Câmara Municipal de Campina Grande, disse que o ingresso no programa abriu as portas para que o legislativo da cidade organizasse suas atividades de modo mais racional.

A adesão ao Interlegis é gratuita e aberta a parlamentares em nível federal, estadual e municipal. Os formulários podem ser solicitados pelo telefone (0xx61) 311-2556, fax (0xx61) 311-2797, ou acessados por meio do portal Interlegis (www.interlegis.gov.br).

Câmaras podem funcionar como portas locais de acesso às novas tecnologias

Conheça o Senado

Dia do Parlamento lembra a primeira sessão legislativa do Brasil independente

O Parlamento está presente na história brasileira há mais de 180 anos. A primeira reunião de deputados e senadores do Brasil independente realizou-se em 3 de maio de 1823, data da instalação dos trabalhos da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa. Para lembrar essa sessão histórica, foi instituído, em 1975, o Dia do Parlamento, comemorado em 3 de maio.

A Assembléia seria responsável pela elaboração da primeira Constituição do país, para formalizar a independência do Brasil em relação a Portugal. Faziam parte do primeiro colegiado 90 membros eleitos pelas 14 províncias da época, comanda-

dos pelo presidente do Senado, o Marquês de Santo Amaro.

Mas a Constituinte não finalizou sua tarefa, já que a primeira Carta Magna do Brasil, em vez de promulgada pelo Parlamento, foi outorgada pelo imperador. Insatisfeito com a possibilidade de seus poderes serem reduzidos pela norma constitucional proposta pelos parlamentares, dom Pedro I dissolveu a Assembléia poucos meses depois de instalada, em novembro de 1823.

Esse foi o primeiro de uma série de atos autoritários que marcaram a gestão do imperador. No decreto que dissolveu o Parlamento,

dom Pedro I argumentou que a Assembléia contrariara o juramento “que prestou à nação, de defender a integridade do Império, sua independência e a dinastia do imperador”.

Outrogada por dom Pedro I em 1824, a primeira Constituição do Brasil colocava a autoridade do imperador acima dos demais poderes e fazia do novo país uma monarquia hereditária, cuja participação política era censitária. O Brasil só teria uma Carta Constitucional elaborada pelo Parlamento em 1891, dois anos depois da queda da Monarquia e instalação da República



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaté Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Flávio Faria, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Juliana Steck e Treici Schwengber (61) 311-1620

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valtter Gonçalves Júnior (61) 311-1670

Edição: Helena Daltro Pontual e Flávio Mattos (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Propostas em tramitação no Senado e na Câmara asseguram maior tranquilidade às mães na exigente tarefa de criar filhos

O que há de novo em projeto

Há várias propostas em tramitação no Senado e na Câmara em benefício das mães, pais ou responsáveis. Na semana passada, foi aprovada em Plenário a proposta de emenda constitucional (PEC 40/00) da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que torna obrigatória e gratuita a oferta de creche e pré-escola para crianças de zero a seis anos. A matéria foi encaminhada à Câmara. Também está pronta para ser votada em Plenário, em primeiro turno, a PEC 31/00, da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que muda inciso do art. 7º da Constituição, para garantir o direito à licença-maternidade por parte das mulheres que adotarem crianças. O senador Almeida Lima (PSDB-SE) assina proposta que isenta do Imposto de Renda parte dos rendimentos do trabalho recebidos por pai, mãe, tutor, curador ou responsável legal por deficiente mental, desde que este não disponha de benefício previdenciário ou assemelhado (PLS 346/03). Essa matéria tramita na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado. A concessão, ao servidor ou empregado, de abono do dia em que comprovar a vacinação de filho

ou dependente menor é a proposta (PLS 287/04) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). A matéria aguarda exame pelo Plenário. Já o senador César Borges (PFL-BA) propõe (PLS 356/04) alterar o Código Civil para assegurar, ao pai ou à mãe sem a guarda dos filhos, a executoriedade do direito de visita. A matéria está na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Da deputada Iara Bernardi (PT-SP) é a proposição que estabelece a admissão tácita de paternidade ao réu que se recusar a fazer o exame de paternidade. A proposta (PL 64/99), que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, tramita na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Iniciativa do deputado Carlos Nader (PL-RJ) garante aos pais e responsáveis meia jornada de trabalho por bimestre para acompanhamento escolar de filhos menores (PL 267/03). A regulamentação da atividade de mãe social e dos lares substitutos para crianças e adolescentes é objeto da proposição (PLC 96/00) da então deputada Rita Camata, já aprovada na Câmara, e agora em tramitação no Senado.

Informações

Ministério da Previdência
PrevFone: 0800-78-0191
www.inss.gov.br

Ministério do Trabalho
Alô Trabalho: 0800-61-0101
(regiões Sul e Centro-Oeste, mais Acre e Rondônia) e 0800 2850101
www.trabalho.gov.br

Ministério da Educação
Fala, Brasil: 0800-61-6161
www.mec.gov.br

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
Tel.: (61) 2104-9377
Disque Saúde da Mulher: 0800 644-0803
Ouvidoria: (61) 2104-9391
ouvidoria@spmulheres.gov.br
www.presidencia.gov.br/spmulheres

Agende - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
Tel.: (61) 273-3551

www.agende.org.br

União Brasileira de Mulheres (UBM)
Tel.: (11) 3107-7905
www.ubmulheres.org.br

Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea)
Tel.: (61) 224-1791
www.cfemea.org.br

Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos
Tel.: (11) 3813-9767
www.redesaude.org.br

Amamentação Online
www.aleitamento.org.br

Biblioteca Virtual da Mulher
Tel.: (21) 2299-2008
www.prossiga.br/bvmulher/cedim

Mulher governo
www.mulhergoverno.gov.br

Consulta à Legislação Federal
www.planalto.gov.br

Conheça a legislação que protege as mães brasileiras

O Especial Cidadania antecipa as comemorações do Dia das Mães, trazendo nesta edição os direitos das mães e das mulheres na gestação. Há ainda informações sobre projetos em tramitação na Câmara e no Senado para elas, pais e responsáveis, além de um guia de entidades que tratam de assuntos de interesse feminino. A data, celebrada pela primeira vez no Brasil em 1918, entrou para o calendário oficial por ato de Getúlio Vargas, em 1932.

Direitos e benefícios previstos

Direitos reprodutivos – O planejamento familiar é um direito e o poder público deve garantir a assistência à concepção e contracepção, o atendimento pré-natal, a assistência ao parto, ao puerpério e ao neonato, conforme a Lei 9.263/96. A mesma lei garante a realização da laqueadura de trompas pelo SUS e proíbe a exigência de atestado de esterilização ou teste de gravidez para quaisquer fins.

Faltas ao trabalho – Quando precisar se ausentar do trabalho para atendimento médico, a gestante deve pedir uma declaração de comparecimento onde foi atendida e apresentá-la ao empregador para ter sua falta justificada. A gestante também pode mudar de função ou setor no seu trabalho, caso esteja em situação ou atividade que cause problemas para sua saúde ou a do bebê.

Estabilidade no emprego – Enquanto estiver grávida, e até cinco meses após o parto, a mulher tem estabilidade no emprego e não pode ser demitida, a não ser por justa causa.

Acompanhante no parto – As mulheres têm direito a ter um(a) acompanhante durante o parto e o pós-parto em qualquer hospital público ou da rede do Sistema Único de Saúde (SUS).

Licença-maternidade – A mãe trabalhadora que seja contribuinte da Previdência Social tem direito à licença-maternidade de 120 dias, sem prejuízo do emprego e do salário. Em caso de aborto involuntário, comprovado por atestado médico oficial, a mulher tem direito a um repouso remunerado de duas semanas. Para as mães adotivas, a licença varia conforme a idade da criança adotada: até 1 ano, 120 dias; de 1 a 4 anos, 60 dias; de 4 a 8 anos, 30 dias (Lei 10.421/02).

Amamentação – A mulher tem direito a dois intervalos, de meia hora cada um, para amamentar durante a jornada de trabalho, até que o bebê complete seis meses. O período pode ser prorrogado mediante atestado médico. Empresas em que trabalhem mais de 30 mulheres, com idade acima de 16 anos, deverão ter local apropriado para que as empregadas abriguem seus filhos, sob vigilância e assistência, durante o período de amamentação.

Salário-família – Benefício pago às trabalhadoras seguradas pela Previdência que recebam salário de até R\$ 586,19, para auxiliar no sustento dos filhos de até 14 anos incompletos ou inválidos. O valor do benefício varia conforme o salário da mãe. Não é exigido tempo mínimo de contribuição.

Prioridade de atendimento – As gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo têm direito a atendimento prioritário em órgãos públicos, bancos e empresas concessionárias de serviços públicos (Lei 10.048/00).

Outros – O registro civil de nascimento e a primeira certidão são gratuitos (Lei 9.534/97). Os comprovadamente carentes têm direito à realização gratuita dos exames de DNA nas investigações de maternidade e de paternidade (Lei 10.317/01).



Na fase de aleitamento, as mães têm direito a dois intervalos durante a jornada de trabalho para amamentar seus bebês

A origem da data

A primeira comemoração do Dia das Mães no Brasil foi promovida pela Associação Cristã de Moços de Porto Alegre, em 12 de maio de 1918. Mas somente em 1932, com um decreto do então presidente Getúlio Vargas, o segundo domingo de maio foi oficializado como o dia para a celebração. Em 1947, a data foi incluída no calendário oficial da Igreja Católica.

Mas foi nos Estados Unidos, em 1914, que o segundo domingo de maio foi oficial-

izado como o Dia das Mães. A iniciativa partiu da jovem americana Ana Jarvis, da Filadélfia, que iniciou uma campanha pela data em 1907.

A escolha de um dia para homenagear as mães, entretanto, já era costume na Inglaterra, no século 17. O quarto domingo da Quaresma era dedicado às mães das operárias inglesas, que tinham folga na data e costumavam presentear-las com um bolo, o chamado *mothering cake*.